

MIGUEL JUSTO BASTOS

**O CONFLITO ENTRE ÍNDIA E PAQUISTÃO –
PERSPECTIVAS PARA MEDIAÇÃO**

Orientador: Prof. Doutor José Calazans Duarte

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2022

MIGUEL JUSTO BASTOS

**O CONFLITO ENTRE ÍNDIA E PAQUISTÃO –
PERSPECTIVAS PARA MEDIAÇÃO**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre no curso de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 18/07/2022 perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação n.º: 226/2022, de 02 de Junho de 2022, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Vasco Fernando Ferreira Rato;

Orientador: Prof. Doutor José Carlos Calazans;

Arguente: Prof^a. Doutora Graça Penha Gonçalves.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2022

Epígrafe

“There is only one duty, only one safe course, and that is to try to be right and not to fear to do or say what you believe to be right.”

- Winston Churchill

Dedicatória

Este trabalho é dedicado à minha mãe, Paula Cristina Lopes Justo, pelo seu constante apoio, antes e após a tua ausência (18/01/2021). A tua partida colocou o maior desafio que alguma vez enfrentei ao completar este trabalho, mas os teus esforços possibilitaram o início e a conclusão desta etapa da minha vida. Estou eternamente grato pelo teu amor e por todo o que fizeste por mim.

Agradecimentos

Este trabalho é o resultado de várias horas de trabalho, mas a sua conclusão somente foi possível graças ao apoio de várias pessoas que me ofereceram o suporte que necessitava durante as etapas mais difíceis da minha vida, pelo qual dou os meus profundos agradecimentos.

Agradeço os meus amigos, em particular Bruno Casanova e Pedro Durão pelo constante apoio emocional que me deram após o falecimento da minha mãe durante a realização deste trabalho.

Agradeço a minha família, em particular a minha Avó, Maria Da Graça Justo, o meu Pai, José Carlos Bastos, a minha Tia, Sónia Justo e todos os membros familiares que mantiveram contacto comigo e que ofereceram auxílio imprescindível.

Agradeço o meu orientador, Dr. José Calazans Duarte, pela sua paciência, conhecimento, apoio e motivação. Fico grato por ter um orientador fenomenal.

E dou também os meus agradecimentos para o Ministério de Negócios Estrangeiros, em particular a Direção-Geral de Política Externa, pelo estágio que realizei durante o desenvolvimento deste trabalho. A experiência adquirida foi uma mais valia durante as minhas pesquisas.

Não me deparo com palavras suficientes para exprimir a magnitude da gratidão que tenho não só para as pessoas mencionadas, mas como também perante todos os outros indivíduos que marcaram um impacto durante a realização deste trabalho.

Resumo

Com esta tese, procura-se compreender e analisar várias circunstâncias relativas aos conflitos territoriais entre a Índia e o Paquistão, e como este pode ser resolvido, com base nas análises prestadas.

São explorados temas contextuais sobre a origem do antagonismo presente, desde as suas motivações, justificações, os aspetos culturais, étnicos e geográficos, e como estes se desenvolveram desde as primeiras etapas do conflito até ao seu estado atual.

Os esforços diplomáticos notórios para a resolução do conflito entre a Índia e o Paquistão serão analisados pelas suas competências relevantes e efeitos significativos, tanto positivos ou negativos, de modo a identificar os benefícios e as falhas específicas, não só para compreender o seu impacto e influência no conflito atual, mas como também para contribuir na elaboração de um processo mais eficaz e otimizado, tendo em conta todo o que foi analisado anteriormente.

Refletindo sobre os esforços prestados e a receção dos mesmos com a Índia e o Paquistão, juntamente com todos os fatores contextuais que levaram à situação atual das disputas territoriais, é observada a posição de Portugal como possível mediador do conflito. É feito o argumento, com base em todo o que foi analisado, que Portugal apresenta certos atributos e vantagens que várias outras entidades e nações não possuem, e que se mostram essenciais para a resolução do conflito em questão.

Palavras-chave: Índia, Paquistão, mediação, antagonismo, conflito.

Abstract

With this thesis, we aim to understand and analyze the several circumstances pertaining to the territorial conflicts between India and Pakistan, and how it can be solved, based on the analysis done.

We explore the contextual themes about the origin of the current antagonism, from its motivations, justifications, the cultural aspects, both ethnic and geographical, and how they developed from the early stages of the conflict to their current state.

The notorious diplomatic efforts aimed towards the conflict resolution between India and Pakistan will be analyzed for their relevant competence and significant effects, both positive and negative, so we can identify their benefits and flaws specifically, not just to understand their impact and influence in the current conflict, but also to contribute towards the formulation of a more effective and optimized process, based on everything that was previously analyzed.

Reflecting on the efforts performed and their reception with India and Pakistan, in conjunction with all the contextual factors that led to the current state of the territorial conflicts, we observe Portugal's position as a possible conflict mediator. We argue that, based on everything that was analyzed, that Portugal shows certain attributes and advantages that several other entities and nations do not possess, and that they are essential for the resolution of the conflict in question.

Keywords: India, Pakistan, mediation, antagonism, conflict.

Abreviaturas, siglas e símbolos

EIC: East India Company

CNI: Congresso Nacional Indiano

E.U.A: Estados Unidos da América

C.I.A: Central Intelligence Agency

IWT: Indus Water Treaty

SEP: Strategic Engagement Plan

UNMOGIP: United Nations Military Observer Group in India and Pakistan

EACDH: Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos

O.N.U: Organização das Nações Unidas

Índice

Introdução.....	10
Capítulo 1 – Origem do conflito.....	11
1.1 - A independência da Índia.....	12
1.2 - O antagonismo entre a Índia e o Paquistão.....	17
1.3 - A importância dos territórios contestados.....	21
Capítulo 2 – Desde a partição até à atualidade.....	26
2.1 - Guerras após a partição.....	26
2.2 - Pactos, Tratados e Acordos.....	33
2.3 - Situação atual.....	38
Capítulo 3 – Mediações do conflito entre Índia e Paquistão.....	43
3.1 - Mediação da União Europeia.....	44
3.2 - Mediação dos E.U.A.....	48
3.3 - Mediação da O.N.U.....	53
Capítulo 4 – O potencial de Portugal como mediador.....	60
4.1 - Relações entre Portugal e a Índia.....	61
4.2 - Relações entre Portugal e Paquistão.....	63
4.3 - O impacto e relevância da China.....	66
4.4 - Medidas de Portugal para mediação.....	68
Conclusão.....	75
Bibliografia.....	76
Anexos.....	89

Introdução

O conflito entre a Índia e o Paquistão é uma das alterações mais longas e violentas entre todas as guerras registadas, sendo um tópico constante no campo de relações internacionais e diplomacia.

Apesar da sua importância a nível global, envolvendo várias nações para além das que se encontram em disputas diretas, os esforços diplomáticos para travar ou reduzir os efeitos nocivos desta guerra territorial mostram-se insuficientes, tanto em aplicação como em quantidade de tentativas, algo que vai ser mais evidente ao longo da dissertação.

A longa duração deste conflito demonstra a necessidade de explorar este problema e determinar quais os motivos que colocam a Índia e o Paquistão num estado de guerra constante e quais os passos a tomar para alcançar uma resolução.

A importância de alcançar este objetivo concentra-se não só na execução dos deveres da defesa dos direitos humanos que muitas nações e instituições diplomáticas aderem, mas como também na aprofundação dos conhecimentos de mediação de conflitos de escala internacional, de modo a preservar a estabilidade económica e social de várias nações, algo que é de crescente importância num mundo cada vez mais unido e globalizado.

Para alcançar este objetivo, esta dissertação vai explorar diversos tópicos relevantes às questões colocadas, começando com o que se pode ser considerado como a origem da guerra atual entre a Índia e o Paquistão e o antagonismo entre ambos, passando depois para uma análise das diversas disputas territoriais e como estas criaram o estado presente do conflito, seguido pela observação e avaliação das principais mediações do conflito em questão e dos atores por detrás das negociações diplomáticas, concluindo com argumentos que indicam a possibilidade e o potencial de Portugal como o mediador ideal para alcançar uma resolução, com base do que foi analisado sobre o historial da Índia e do Paquistão e das tentativas de negociações diplomáticas prévias.

1. ORIGEM DO CONFLITO

Ao longo deste capítulo ficarão destacados, o que se julga ser, os elementos principais que atuaram como um catalisador para o conflito que perdura atualmente entre a Índia e o Paquistão.

Irá ser analisado a independência das duas nações após anos sujeitos ao domínio do Império Britânico, a hostilidade que tornou ambas as civilizações incompatíveis e intolerantes, e a importância dos territórios contestados após a partição.

Os temas apresentados neste capítulo são fatores históricos e geográficos que necessitam de ser analisados de forma a entender, contextualmente, a discórdia atual entre a Índia e o Paquistão, algo que, em si, é vital para criar uma abordagem crítica do processo de resolução de conflito.

Para além de estabelecer o contexto da origem do conflito, uma análise crítica ao desenvolvimento dos tópicos existentes neste capítulo irá permitir um melhor entendimento quanto aos motivos por detrás do fracasso de muitos tratados e pactos estabelecidos ao longo do conflito, estes que se mostravam mutuamente benéficas e visavam agir como meios de estabelecer paz entre a Índia e o Paquistão.

Irá também ser observado vários elementos e acontecimentos históricos, entre as duas nações, que, em consideração da sua importância contextual, possam ter contribuído para a criação de muitos obstáculos que se encontram presentes no conflito atual e no processo de paz, para além da sua contribuição na origem das disputas territoriais.

Vários fatores sociais e religiosos irão ser abordados pelo seu impacto na divisão e desentendimento entre Paquistão e a Índia, situações ditas comuns em muitos cenários de conflitos, mas que, no contexto da disputa territorial em questão, apresentam perspetivas únicas que colocam a resolução do conflito num predicamento único.

Somente através da análise destes tópicos será possível contextualizar os próximos capítulos, pois este irá servir como a base de conhecimento vital para entender e criticar o conteúdo que se segue.

A independência da Índia

O atual conflito territorial entre a Índia e o Paquistão surgiu dos vários dilemas criados após a independência oferecida pelo Império Britânico. Somente após a ocupação britânica é que estas duas nações, que reconhecemos atualmente como países independentes, viriam a ser as entidades distintas do presente, isto através da *Indian Independence Act* de 1947.

O início da ocupação britânica consegue ser datado até ao ano 1600, onde, na altura, o subcontinente asiático era referido somente como “Índia”, e era representado conforme se encontra no mapa disposto no Anexo 1. Nesse ano formou-se a East India Company (EIC), através de uma carta régia, um documento assinado por um Rei ou uma Rainha que concede certos direitos particulares a respetivas organizações¹. Apesar da EIC se concentrar, inicialmente, em comércio internacional de especiarias, tecidos e vários outros produtos caracteristicamente únicos da Índia, esta companhia viria a servir como um ponto de partida para o domínio do Império Britânico sobre a Índia, graças ao seu envolvimento gradual em assuntos políticos².

O controlo que a EIC possuía na Índia levou à execução de medidas de governação incompatíveis com as normas do povo nativo. Desde missões missionárias com intenções de converter os habitantes para o cristianismo, até reformas tributárias de terrenos agrícolas que levaram vários agricultores à pobreza, estas imposições por parte do Império Britânico resultaram numa revolta por parte do povo da Índia, denominado O Motim de 1857, este que durou aproximadamente 18 meses. Esta revolta levou ao fim das responsabilidades e direitos da EIC, mas não do fim do domínio do Império Britânico na Índia. Em 1858 surgiu o British Raj, substituindo a EIC com um controlo mais direto, após a revolta de 1857. Ao restaurar e fortalecer o seu controlo sobre a Índia, o Império Britânico possuía agora um melhor controlo sobre as rotas marítimas de comércio como também uma força marinha incomparável³.

Esta nova governação por parte do Império Britânico sobre a Índia viria a durar quase um século, até que, em 1947, a independência do subcontinente asiático viria a ser restaurada através da Partição da Índia, o mesmo evento que viria a criar o Paquistão e a Índia como se reconhece atualmente, a nível geográfico.

¹ Cambridge Dictionary, “Royal Charter” (online). Disponível na internet: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/royal-charter> (consultado em 18/12/2019).

² Encyclopædia Britannica, “East India Company” (online). Disponível na internet: <https://www.britannica.com/topic/East-India-Company> (consultado em 18/12/2019).

³ WELCH, James, “The British Raj and India: British Colonial Influence: 1612 – 1948”, 2011, pp. 8-11

Esta independência foi possível graças aos esforços do movimento de independência da Índia, este que começou em 1857, com a revolta que viria a destituir a EIC, até 1947, terminando com a Partição da Índia.

Os primeiros grandes passos para o alcance da independência da Índia começaram cerca de 30 anos depois desta revolta, o ponto em que abordagens de protestos e contestações não-violentas viriam a ter efeito.

Em 1885 formou-se o Congresso Nacional Indiano (CNI), tornando-se a figura principal do movimento de independência devido à sua oposição contra a presença do Império Britânico na Índia, tal sentimento motivado pelo constante aumento da pobreza que afetava a população indígena. Apelando ao sentimento nacionalista, o CNI começou a implementar atos de resistência não-violenta. A ideia tratava-se de um boicote geral aos produtos britânicos importados, a favor do uso e promoção de produtos originados na Índia, denominados *swadeshi*, tratando-se de um plano com potencial de afetar o estado económico do Império Britânico⁴.

A CNI foi fundada com o objetivo de se tornar uma plataforma para o povo indiano divulgar todas as suas ideias e opiniões pertinentes ao desenvolvimento e progresso do seu país, de modo a demonstrar ao Império Britânico que existem instituições representativas capazes de governar em coparticipação, utilizando os ideias liberais e democráticos britânicos. O estudo das políticas britânicas foram um resultado inerente da sua ocupação na Índia, e com isto, o povo indiano familiarizou-se com o sistema político e métodos de luta política. Entenderam que os meios de auto governança servem como ferramentas no combate à tirania para o alcance de poder político⁵.

Contudo, estes esforços e planos de resistência não-violenta não evitaram o envolvimento da Índia em uma das maiores guerras alguma vez registadas. Em 1914, o exército britânico, combatendo no que se conhece agora como a 1ª Guerra Mundial, formou uma força expedicionária composta por indianos, agindo como suporte auxiliar para os grupos militares britânicos em confrontos de pequena escala. Consistindo de cerca de 152.000 soldados sem armamento pesado, esta força expedicionária não foi criada para confrontos de grande escala no continente europeu. No entanto, face à emergência das tropas Império Britânico em aguentar os avanços das tropas alemãs, estas com necessidade de reforços

⁴ Encyclopædia Britannica, "Indian National Congress" (online). Disponível na internet: <https://www.britannica.com/topic/Indian-National-Congress> (consultado em 19/12/2019).

⁵ KAUSHIK, Harish, "The Indian National Congress In England (1885-1920)", 1971, pp. 1-3

militares, foi chamada a força expedicionária indiana para remediar a situação, sendo, na altura, a única força de reserva imperial disponível. Esta decisão foi tomada apesar de se tratar de uma situação que levaria a um confronto de uma magnitude que a força indiana seria incapaz de aguentar, tendo a falta de armamento apropriado, vestuário favorável às condições atmosféricas e treino militar adequado, resultando na morte de cerca de 22.000 soldados da força expedicionária indiana⁶.

Mas o sofrimento do povo indiano na 1ª Guerra Mundial, proveniente da sua relação com o Império Britânico, não viria a terminar só com os resultados do seu envolvimento. Durante a grande guerra, entre 1914 até 1917, um grupo de indianos extremistas planeavam uma revolta violenta contra a governação britânica situada na Índia. Este planeamento aconteceu nos Estados Unidos da América (E.U.A), onde na altura tratava-se de um território neutro, até ao momento onde participou na 1ª Guerra Mundial, tornando os segredos expostos. Ficou denominada como a Conspiração Hindu, um dos eventos menos conhecidos da grande guerra devido ao seu fracasso em produzir um impacto substancial⁷.

Apesar de se ter tratado de um plano sem execução ou efeito, este ato de conspiração trouxe grandes repercussões negativas, estas que viriam ameaçar a liberdade do povo indiano.

Com o receio do surgimento de mais tentativas ou conspirações relacionadas com o derrubo do controlo britânico na Índia, foi passado um novo ato legislativo, em 1919, denominado Rowlatt Act, com a intenção de, temporariamente, suprimir anarquismo e revoluções violentas. Tratou-se de um ato bastante controverso, pois este agia sobre a encarceração imediata de indivíduos suspeitos de serem revolucionários, sem julgamento, efetivamente limitando os direitos do povo indiano. O Rowlatt Act foi a resposta para a dissidência política que ocorria desde a 1ª Guerra Mundial, um método de prevenção contra o surgimento de mais conspirações ou atos terroristas que seriam bastante prováveis⁸.

Com o controlo dos media, detenção e encarceramento de prisioneiros políticos sem julgamento ou presença de um júri, a subserviência do povo da Índia para com o Império Britânico criava um ambiente que exigia uma revolução nacionalista, eis que depois Mahatma Ghandi tomou liderança dos esforços da independência da Índia com o movimento de

⁶ MARKOVITS, Claude, "Indian Expeditionary Force", 2018, pp. 1-2

⁷ BROWN, Giles, "The Hindu Conspiracy", 1948, p. 299

⁸ GHOSH, Durba, "The Reforms of 1919: Montagu–Chelmsford, the Rowlatt Act, Jails Commission, and the Royal Amnesty", 2017, pp. 31-32

resistência não-violenta, algo posto à prova anteriormente pelo CNI, mas visto agora como o movimento de desobediência civil⁹.

Ghandi, um líder político e espiritualista de renome na Índia, contestou as medidas restritivas que o Rowlatt Act aplicava no povo indiano, ao negar direitos civis básicos. Como protesto, Ghandi apelou ao método de boicote, de modo semelhante ao que foi visto por parte do CNI, mas englobando outros aspetos de participação civil na sociedade para além da compra de produtos. Este movimento iria incluir não só o boicote de produtos britânicos, mas como também da participação em atividades civis envolvidas com o Governo britânico, incluindo eleições, instituições académicas, cargos policiais e entre muitos outros aspetos que diretamente prejudicam a ocupação imperialista através da recusa de participação na mesma. Este movimento teve o seu início em 1920, onde se registou ter o maior sucesso no que diz respeito à execução de medidas de desobediência civil. Contudo, no próximo ano, em 1921, este movimento tomou uma abordagem mais radical com o surgimento de uma onda de protestos e saques violentos. O Governo da Índia apontou que, ao não interferir com o movimento em questão, este iria, eventualmente, colapsar por conta própria, tendo em conta que medidas restritivas ou violentas iriam simplesmente aumentar as tensões existentes, mas foi também notado que o movimento começado por Ghandi, eventualmente, iria resultar em conflitos violentos, com ou sem a sua aprovação. É por estes motivos que o Governo tomou medidas concentradas em observar Ghandi e não o martirizar. Em 1922, um grupo de cerca de 2000 civis indianos atacaram várias estações policiais, iniciando incêndios nos edifícios, chegando também a queimar e mutilar os corpos dos polícias e oficiais do Governo que se encontravam no interior. Face à mudança da natureza pacífica que o seu movimento era suposto representar, Ghandi proclamou a suspensão do seu movimento de desobediência civil, perturbado com o evento violento que decorreu¹⁰.

Esta não seria a última demonstração de desobediência civil em grande, pois Ghandi viria a iniciar uma nova etapa no movimento de independência da Índia em 1930 com a Marcha do Sal. Tratou-se de uma outra tentativa em executar uma demonstração de resistência não-violenta, desta vez, contra o monopólio que o Império britânico possuía sobre o sal que se tornava cada vez menos acessível para o povo indiano mais pobre. Esta marcha foi feita por Ghandi e milhares de outros indianos simpatizantes com o movimento, começando em 12 de março de 1930, e terminando em 5 de abril do mesmo ano, com um

⁹ VOHRA, Ranbir, "The Making Of India A Historical Survey", 1997, p.126

¹⁰ LOW, Donald, "The Government of India and the First Non-Cooperation Movement--1920-1922", 1966, pp. 241-253

percurso registado de 387 quilómetros onde cerca de 95.000 participantes foram presos. Demonstrou que o controlo que o Governo britânico possuía sobre a Índia dependia do consentimento do povo nativo¹¹.

O sucesso desta marcha trouxe a primeira grande vitória para o movimento de independência da Índia, pois em 1931 foi estabelecido o Pacto Ghandi-Irwin. Tratou-se de um acordo político assinado por Mahatma Gandhi e o Vice-Rei da Índia, Senhor Irwin, onde ambos concordaram em descontinuar o movimento de desobediência civil, libertar os prisioneiros participantes do movimento, remover o monopólio sobre a produção do sal e todas as limitações impostas pelo Império Britânico contra a CNI.¹²

Esta vitória para a independência da Índia marcou o precedente para os direitos políticos do povo indiano, realizando um dos objetivos que o CNI procurava alcançar desde a sua formação em 1885, a auto governança.

Em 1935 estabeleceu-se o Ato de Governo da Índia, aprovado pelo Parlamento Britânico, que trouxe um desenvolvimento significativo para o movimento de independência, isto graças à remoção do sistema de diarquia e a introdução de um tribunal federal, tais mudanças que aumentaram o número de direitos atribuídos para o povo indiano e que marcou um novo passo no caminho de auto governança¹³.

Somente com estes esforços e sacrifícios agregados ao longo de vários séculos, desde a ocupação britânica em 1600, é que o caminho para a independência da Índia termina em 18 de Julho de 1947, com a *Indian Independence Act*, cuja dividiu o subcontinente asiático em dois territórios diferentes, Paquistão e a Índia, juntamente com dois Governadores-gerais respetivos, e a anunciou a terminação da suserania britânica que restringia os direitos dos povos indígenas da Índia¹⁴.

Subsequentemente, o mapa da Índia, no período do fim da ocupação britânica, foi sujeito a alterações graças às mudanças geopolíticas e culturais, demonstrado no Anexo 2, onde se torna evidente o aumento no número de países, comparando com o mapa de 1605.

O movimento de independência da Índia tornou-se num movimento histórico sem precedentes, onde os valores de uma coletividade nacionalista recorreram ao abandono de

¹¹ CHOPRA, Monika, "Salt Satyagraha and Dandi March", 2016, pp. 41-42

¹² Rare Newspapers, "Gandhi-Irwin Pact in 1931" (online). Disponível na internet: <http://www.rarenewspapers.com/view/583034> (consultado em 22/12/2019).

¹³ Constituent Assembly Debates, "Government of India Act 1935" (online). Disponível na internet: https://www.constitutionofindia.net/historical_constitutions/government_of_india_act_1935_2nd%20August%201935 (consultado em 23/12/2019).

¹⁴ Indian Independence Act, 1947, pp. 1-4

táticas de revolução violentas, ao reconhecer a futilidade de tal método, a favor de uma abordagem mais pacífica.

É de notar que, tirando os casos de conspiração, os métodos usados para obter independência mostram-se ser derivados da demonstração do povo indiano, ao Império Britânico, da sua capacidade de auto governança, ao contrário da destituição forçada através de conflitos violentos. Pode-se atribuir a vitória da Índia através de um método de persuasão incomum na história de revoluções para independência.

Reconhecendo a natureza pacifista do movimento da Índia contra o Império Britânico, torna-se peculiar o facto de, após a *Indian Independence Act* de 1947, o subcontinente asiático entrou num estado de caos e conflito territorial após a sua partição, onde o Império Britânico já não seria o fator de tais conflitos. Vários outros fatores, uns emergentes e outros presentes antes da independência, viriam a se tornar nos motivos pelo qual o conflito territorial continua um problema atualmente.

O antagonismo entre a Índia e o Paquistão

Mesmo com um movimento nacionalista centrado em pacifismo como modo de protesto, a independência da Índia foi estabelecida com uma separação territorial e recebida com atos violentos que levaram à morte de milhares de indivíduos que procuravam migrar devido à divisão das nações. Esta partição pode ser atribuída às exigências dos representantes muçulmanos da Índia durante o movimento de independência, pois tanto os representantes hindus como os representantes britânicos não desejavam esta divisão. Contudo, para o alcance da independência, os três grupos aceitaram as condições de partição, levando ao nascimento do novo Estado de Paquistão¹⁵.

Resta saber os motivos pela exigência de separação da comunidade muçulmana, tendo em conta o apelo à união e nacionalismo durante o movimento de independência, como também os atos de violência que ocorreram após a *Indian Independence Act*. Tais justificações podem ser aparentes na análise do antagonismo presente entre os grupos que correspondem a maioria religiosa da Índia, os hindus e os muçulmanos.

A Índia, antes da sua partição, tem uma história rica em conflitos religiosos entre os grupos religiosos hindus e muçulmanos. De modo a julgar a influência destes conflitos no

¹⁵ ALI, Rabia, "Planning for the Partition of India 1947: A Scuttled Affair", 2009, pp. 114-116

processo de estabelecimento da partição, serão analisadas duas das disputas religiosas mais recentes antes do estabelecimento da *Indian Independence Act*, com o objetivo de retratar a natureza da relação entre os dois grupos religiosos e a persistência do antagonismo que levou à divisão da Índia.

Em 1741, o Império Marata, com os seus soldados *Bargi*, invadiram e saquearam o território de Bengala múltiplas vezes, durante dez anos, com táticas de terror que chegaram a ser incorporadas em rimas infantis¹⁶.

O povo de Bengala sofreu cerca de 400.000 mortes devido aos ataques dos *Bargi*, durante a época de invasão, juntamente com atos de tortura desumana e destruição da economia e mercado local. Tais ações ficaram, morbidamente, registadas em poesias da comunidade muçulmana bengali¹⁷.

O aspeto importante a retirar deste evento notório e traumático para o povo de Bengala, é o contexto religioso de ambos os atores principais do conflito em questão.

O Império Marata, situado em Decão na Índia, era governado e ocupado por hindus. Desde o seu primeiro líder, denominado *Chatrapati*, esta região esteve sempre em conflito com regiões muçulmanas¹⁸.

Uma região onde a maioria é de fé muçulmana, como a Bengala, interpretou os ataques e invasões por parte dos grupos hindus do Império Marata com motivos religiosos, em retaliação pelos conflitos anteriores da mesma natureza que eram comuns entre os dois grupos religiosos¹⁹.

Noutra perspetiva, alguns anos após os ataques do Império Marata, Tipu Sultan, governador do Reino de Maiçor, situado no sul da Índia, tornou-se numa figura principal de violência religiosa, desta vez com instigação por parte de grupos muçulmanos.

Entre 1780 até 1784, decorria a Segunda Guerra Anglo–Mysore, envolvendo o Reino de Maiçor e a Companhia Britânica das Índias Orientais. Esta que só terminou com o Tratado de Mangalor, onde ambos regressaram aos seus respetivos territórios, libertando, também, todos os respetivos prisioneiros de guerra. No entanto, durante o conflito, em 1783, Tipu Sultan sujeitou milhares de hindus a conversão forçada ao islamismo. O processo mostra-se

¹⁶ SENGUPTA, Nitish, “Land of Two Rivers: A History of Bengal from the Mahabharata to Mujib”, 2011, pp. 158-159

¹⁷ MARSHALL, Peter, “Bengal: The British Bridgehead: Eastern India 1740-1828”, 1987, pp. 72-73

¹⁸ The Diplomat, “The Truth Behind the Maratha Empire in India” (online). Disponível na internet: <https://thediplomat.com/2016/01/the-truth-behind-the-maratha-empire-in-india/> (consultado em 02/01/2020).

¹⁹ MCLANA, John, “Land and Local Kingship in Eighteenth-Century Bengal”, 1993, p. 174

ter sido bastante severo e traumático, forçando hindus à prática de circuncisão, um ato proibido pela fé hindu.²⁰

Apesar destes dois conflitos terem sido, possivelmente, sujeitos à tática do Império Britânico de promover divisão e discórdia entre os grupos religiosos, o facto permanece que tais conflitos religiosos, de diferentes dimensões e gravidade, entre hindus e muçulmanos datam desde o século 14, sem qualquer envolvimento colonialista²¹.

O que podemos retirar destes acontecimentos é a permanência do antagonismo religioso entre hindus e muçulmanos, com um historial de conflitos onde a representação de fés diferentes foi um aspeto central na vitimização de diferentes grupos e indivíduos, que, por consequência, levou às exigências da comunidade muçulmana em dividir o subcontinente asiático. Tendo em conta os atos de terror executados nos dois conflitos analisados e como tais acontecimentos marcaram um grande impacto nas respetivas culturas religiosas, os movimentos nacionalistas para a independência da Índia mostraram-se ser insuficientes para remediar as relações entre hindus e muçulmanos, um problema que deveria ter sido abordado antes da partição.

As consequências de uma colónia obter independência enquanto lida com problemas divisivos durante séculos, estes que ficam enraizados nas suas diferentes culturas ao ponto de dividir os seus territórios, levaram ao que é visto ainda hoje como um dos maiores movimentos de migração alguma vez visto. Feita a partição, surgiu o problema de hindus e muçulmanos se encontrarem, de repente, no território errado à sua respetiva religião, levando a um fluxo de migração gigantesco, contando com uma estimativa de 16,7 milhões de indivíduos forçados a migrar num período de 4 anos. Dentro desses 16,7 milhões, somente 14,5 milhões de migrantes documentados foram registados, levando à hipótese do desaparecimento de 2,2 milhões de migrantes durante este processo conturbado²².

De certo modo, a partição da Índia foi determinada através de geografia étnica, distribuindo a população num território com fatores religiosos e sociais em questão. Este conceito age, essencialmente, na execução de segregação em grande escala, isto devido aos acontecimentos trágicos analisados anteriormente. Esses eventos resultam no sentimento de desconfiança mútua por parte dos dois grupos religiosos, o que depois, se houvesse uma Índia

²⁰ NARAVANE, Manoj, "Battles of the Honourable East India Company: Making of the Raj", 2006, pp. 173-175

²¹ Berkley Center, "British Rule and Hindu-Muslim Riots in India: A Reassessment" (online). Disponível na internet: <https://berkleycenter.georgetown.edu/responses/british-rule-and-hindu-muslim-riots-in-india-a-reassessment> (consultado em 03/01/2020).

²² BHARADWAJ, Prashant, KHWAJA, Assim, MIAN, Atif, "THE PARTITION OF INDIA: DEMOGRAPHIC CONSEQUENCES", 2009, pp. 2-3

unida após a sua independência, iria levar à criação de comunidades e governos disfuncionais. O papel de geografia étnica, neste caso, veio da necessidade de evitar um cenário mais problemático que a partição, apesar de ambos resultados serem pouco desejáveis²³.

A justificação da partição, no entanto, não remedia as consequências que esta decisão causou para o conflito atual entre a Índia e o Paquistão. A motivação destes grupos para a sua separação e os conflitos territoriais que sucederam após a partição baseiam-se em lógica e coerência histórica. Tanto no passado como no presente, a expansão da sua respetiva geografia étnica mostra-se ser, na perspetiva de ambos povos, justificada, juntamente com o caos e a violência que sucede, tal como a grande migração após a partição. O passado e as memórias de conflitos anteriores representam tanto as tragédias como também as vitórias, gravando um certo tipo de antagonismo e dissidência contra outros grupos, ao ponto de criar rituais e murais que os polarizam, como se mostra aparente o caso de Paquistão e a sua bandeira nacional²⁴.

Esta legitimação do antagonismo sentido tanto nos grupos hindus e muçulmanos veio, também, à justificação de várias guerras territoriais após o movimento de migração, pois a divisão estipulada inicialmente na *Indian Independence Act* mostrou-se ser insuficiente.

A rápida transição e divisão de território foi outra escolha que somente piorou o processo de partição. Tendo em conta a natureza volátil das relações hindu-muçulmanas, um curto período de tempo para a decisão de estabelecer geografia étnica levou a várias contestações e debates, maioritariamente pelos grupos muçulmanos que ordenavam a partição. Várias questões surgiam relativamente ao que deveria ser considerado território paquistanês ou como formar as fronteiras nos mapas. O produto final mostrou chocar e confundir muitos dos apoiantes muçulmanos da partição, juntamente com a população muçulmana, tanto com a dimensão do seu respetivo território como também a ideia de uma possível migração de grande escala²⁵.

Partindo da aplicação de geografia étnica e migração, notasse um comportamento de narcisismo étnico entre os grupos hindus e muçulmanos da Índia. Este é assumido como um enorme afeto por parte de indivíduos do grupo a que pertencem, graças às diferenças vantajosas presentes ao se compararem com outros grupos. É de notar que estas diferenças mostram-se ser somente a nível de fé religiosa, mas o narcisismo étnico mostra-se presente

²³ HODLER, Roland, VALSECCHI, Michele, VESPERONI, Alberto, "Ethnic Geography: Measurement and Evidence", 2018, pp. 1-2

²⁴ SCHMIDT, Bettina, SCHRÖDER, Ingo, "Anthropology of violence and conflict", 2001, pp. 9-1

²⁵ KHAN, Yasmin, "THE GREAT PARTITION The Making of India and Pakistan NEW EDITION", 2007, pp. 44-45

tendo em conta que estas pequenas diferenças podem ser usadas como uma ferramenta de união dentro de um grupo. O conceito de uma ameaça partilhada, neste caso, é capaz de reforçar a identidade coletiva de um grupo, dependendo da percepção que tal grupo tiver perante o inimigo²⁶.

As guerras e conflitos, analisados anteriormente, entram novamente em questão para a sua importância em celebrar a união de um grupo étnico que reforçou os seus laços ao sobreviver e derrotar um grupo visto como inimigo de todos os indivíduos pertencentes à identidade oposta.

Contextualmente, o antagonismo presente entre os hindus e muçulmanos é enraizado com séculos de conflitos, justificando, mas não escusando, as decisões e ataques que meramente intensificaram a sua divisão, especialmente com a partição da Índia. Em vez de se observar a persistência dos conflitos territoriais, estes que duram até à atualidade, como uma guerra para o aumento do tamanho de uma nação, é necessário compreender as motivações por detrás deste objetivo. A dificuldade de terminar este conflito não vem somente de uma partição territorial adequada, mas como também da satisfação dos grupos religiosos ao encerrar o antagonismo que, pelo que foi observado, mostra-se ser uma base fundamental da identidade étnica da Índia e do Paquistão. Mas não se deve ignorar a importância que os territórios contestados possuem, e o seu papel na origem do conflito presente.

A importância dos territórios contestados

Antagonismo étnico e religioso mostra-se ser um dos fatores que originou o conflito territorial atual entre a Índia e o Paquistão. Contudo, os territórios contestados, em si, possuem um grande valor que, apesar de não invalidar os outros incentivos culturais históricos, tornam-se motivação suficiente para causar conflitos de grande escala.

Apesar da relevância que os fatores da implementação de independência e antagonismo religioso apresentam para origem do conflito, os terrenos discutidos e analisados irão colocar em perspetiva a necessidade da Índia e do Paquistão em possuir e expandir as suas respetivas nações.

²⁶ KOLSTØ, Pål, "THE 'NARCISSISM OF MINOR DIFFERENCES'-THEORY: CAN IT EXPLAIN ETHNIC CONFLICT?", 2014, pp. 167-169

Apesar deste cenário englobar vários países situados dentro e fora da Índia e do Paquistão, irá ser observado, a importância dos territórios principais e de maior relevância para o conflito territorial atual, Caxemira e Jammu.

Em termos gerais, conflitos territoriais provêm da necessidade de obter e controlar territórios que levam à disputa de dois ou mais países, tratando-se da causa mais comum na história de iniciar guerras. Existem vários motivos que levaram países a iniciar ou instigar conflitos territoriais, tais como identidade cultural e religiosa, o que foi observado anteriormente, mas também fatores mais tangíveis, tais como acesso a recursos ou a determinação de fronteiras geográficas²⁷.

Aspectos tangíveis como estes mostram uma importância inerente dos territórios contestados, o que constitui um valor que, ao contrário das possíveis mudanças culturais e religiosas ao longo dos anos, não se altera tão facilmente.

Um dos aspectos mais importantes que estes territórios possuem, em termos de recursos e posição geográfica, é o seu papel como fonte de água tanto para a Índia como para o Paquistão.

Sujeita à partição de 1947, Caxemira e Jammu ficaram divididas de maneira a que tanto a Índia como o Paquistão pudessem usufruir dos benefícios que o território oferece, apresentado no mapa do anexo 3.

Caxemira e Jammu possuem glaciares que fornecem água fresca para ambos os países através dos percursos que os rios tomam, atravessando as regiões de Paquistão e a Índia, agindo não só como um meio de obter água potável, mas como também uma ferramenta para sustentar a agricultura e a produção de energia hidroelétrica de ambos países, todas estas necessidades vitais para a sustentação das duas nações. Apesar da dupla dependência para com os rios de Caxemira e Jammu, Paquistão apresenta, a nível geográfico, uma maior dependência para a sua sustentação do que a Índia, isto devido ao facto de que 3 dos seus 6 rios vêm do território contestado, esses sendo os rios Chenab, Jhelum e Indus, enquanto a Índia, apesar de somente ter também acesso aos 3 restantes rios, Beas, Ravi e Sutlej, tem acesso a outros rios situados a este do país, visto nos mapas do anexo 4 e 5²⁸.

²⁷ Oxford Bibliographies, "Territorial Disputes" (online). Disponível na internet: <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199743292/obo-9780199743292-0178.xml> (consultado em 10/01/2020).

²⁸ TABASSUM, Shaista, "Water adds to the importance of Kashmir", 2019, pp. 189-190

Para além da sua importância no acesso aos rios, os territórios de Caxemira e Jammu apresentam, também, vantagens substanciais a nível de colocação geográfica estratégica, especialmente no que diz respeito a Paquistão.

As fronteiras que rodeiam a secção do território ocupado por Paquistão mostram-se como um exemplo único de acessibilidade e reclusão exterior estratégica. Não só possui a habilidade e o privilégio de aceder às diferentes regiões que rodeiam o território, mas como também dificulta a acessibilidade exterior, demonstrando o seu potencial em manter a segurança do território intacta. Para além deste benefício de segurança natural, o território paquistanês de Caxemira e Jammu oferece um acesso particular e único com a China, algo que se prova ser uma vantagem económica substancial²⁹.

É importante notar a China como um ator destacado no conflito territorial em questão, pois em 1963 deu-se o Acordo Sino-Paquistanês, onde o Paquistão e a Índia delimitaram as suas fronteiras, resultando com o Paquistão rendendo parte do seu território de Caxemira e Jammu à China, decisão esta que foi tomada com o desagrado da Índia. A porção do território rendido em questão mostra-se presente no anexo 3³⁰.

A Índia, neste caso, apresenta desagrado com esta relação devido às possíveis consequências que podem ameaçar a sua própria segurança e a soberania da sua porção do território de Caxemira e Jammu.

De todas as áreas situadas no território contestado, o glaciar de Siachen mostra-se ser o de maior importância para a Índia. Da mesma maneira que o Paquistão se situe numa posição geográfica altamente segura, o glaciar de Siachen é a única barreira que separa os territórios paquistaneses e chineses de se conectarem totalmente com o território indiano de Caxemira e Jammu. Caso contrário, a segurança e soberania territorial da Índia ficaria em risco perante as forças militares do Paquistão e a China. De tal modo, a Índia investe fortemente na presença militar no glaciar de Siachen, de modo a não perder uma das suas vantagens estratégicas, em casos de conflitos territoriais³¹.

No entanto, a importância destes territórios não se baseia somente no acesso aos corpos de água e posições geoestratégicas. Fatores mais simplistas, mas igualmente importantes, contam para o acréscimo da relevância em termos económicos que a Caxemira e Jammu possuem, isto graças à abundância de minerais presentes.

²⁹ SINGH, Priyanka, "RE-POSITIONING PAKISTAN OCCUPIED KASHMIR ON INDIA'S POLICY MAP", 2017, pp. 39-40

³⁰ LAMB, Alastair, "The Sino-Pakistani boundary agreement of 2 March 1963", 2008, p.299

³¹ KALIS, Naseer, DAR, Shaheen, "Geo-political Significance of Kashmir: An overview of Indo-Pak Relations", 2013, p. 119

Uma das razões pelo interesse da China na sua parceria com Paquistão vem do acesso aos depósitos minerais, um fator que se mostra altamente lucrativo para ambos parceiros³².

O que isto nos indica é que, no seu melhor interesse em proteger investimentos, existe a possibilidade, durante conflitos territoriais, da China recorrer à sua própria força militar, pois vitórias e conquistas de terreno em Caxemira e Jammu traduz-se numa vitória indireta para a China.

Deste modo, entendemos melhor as preocupações da Índia. Não se trata somente das vantagens existentes que Paquistão possui sobre a nação rival, mas sim das possíveis ameaças futuras, que, sem prevenção, poderão soletrar desastres para a soberania do Estado da Índia. Não esquecendo que estas preocupações, existentes desde a partição, provêm das relações históricas entre os grupos religiosos e étnicos.

Para além da sua parceria com Paquistão, a China, em si, já se apresentou como uma ameaça para a soberania territorial da Índia.

Apesar destes dois países em questão estarem em entendimento mútuo relativamente às suas respetivas fronteiras, desde a altura da partição, os desentendimentos começaram durante a época de 1950, quando China construiu uma linha rodoviária militar perto cuja atravessava por uma região remota designada de Aksai Chin, uma região de Caxemira e Jammu. O conflito veio da disputa relativamente às contestações da legítima ocupação desta área, que continua até hoje a ser um tópico debatido³³.

Para além da procura de benefícios económicos mútuos, o Paquistão e a China, em casos como estes, apresentam um adversário territorial em comum, tornando a probabilidade de cooperação militar contra a Índia numa ameaça mais provável, oferecendo uma perspetiva das suas preocupações de segurança e necessidades em controlar uma porção superior do território de Caxemira e Jammu.

A partição em si foi executada com o entendimento da incompatibilidade existente entre os grupos hindus e muçulmanos, e apesar da segregação territorial, é aparente que, com o contexto histórico, cultural e político, o tópico de segurança nacional está constantemente posto em causa.

O conflito territorial em Caxemira e Jammu mostra-se baseado na essência de sobrevivência tanto do grupo paquistanês como a do hindu, graças aos vários recursos

³² SINGH, Priyanka, "RE-POSITIONING PAKISTAN OCCUPIED KASHMIR ON INDIA'S POLICY MAP", 2017, pp. 40-41

³³ Encyclopædia Britannica, "Aksai Chin" (online). Disponível na internet:

<https://www.britannica.com/place/Aksai-Chin#ref1172096> (consultado em 18/01/2020).

disponíveis, esta que irá sempre ser posta em causa graças ao antagonismo e animosidade presente no subcontinente asiático.

Caxemira e Jammu situam-se numa posição geoestratégica perfeita para a sustentação de ambos os países em questão, o que leva a ponderar vários possíveis perigos relativamente à hipótese de uma das nações obter um maior ou completo controlo sobre o território com geopolítica e recursos vitais. Teoricamente, Paquistão mostra-se ser a nação com mais a ganhar da sua porção territorial, em termos de recursos, acessibilidade e segurança, mas algo que se deve considerar é o facto de Paquistão, durante o processo de partição visto anteriormente, ficou com um território substancialmente menor do que desejado.

Para além da relação antagónica, a própria partição em si mesma contribui para os conflitos territoriais iniciais após os estabelecimentos de fronteiras. Apesar das contestações e desagrado da Índia e do Império Britânico, a partição foi executada de acordo com o consentimento dos participantes da *Indian Independence Act*, mas tal como foi visto anteriormente, esta decisão foi estabelecida num curto período de tempo, onde o potencial do território não foi completamente observado. Podemos evidenciar tal caso como a parceria de China e Paquistão, em 1963. Parcerias e importância geoestratégica mostram-se, deste modo, algo que não foi considerado ou posto em causa durante o ato de independência.

As origens do conflito atual têm diferentes fontes que interagem, tornando-se num problema mais complexo do que imaginado. Os fatores culturais, religiosos, territoriais, juntamente com a necessidade de recursos explicam as razões pela longevidade dos desentendimentos entre a Índia e o Paquistão, mas de modo a alcançar uma resolução eficaz, o progresso deste conflito irá ser analisado de modo a determinar a sua eficácia no melhoramento das relações diplomáticas entre as duas nações, ou se de facto piorou o relacionamento.

2. DESDE A PARTIÇÃO ATÉ À ACTUALIDADE

Feita a análise das origens do conflito que persiste atualmente, irá ser verificado o desenvolvimento das disputas entre a Índia e o Paquistão.

Os motivos culturais, étnicos e geográficos tornaram-se aparentes com os fatores que criaram uma forte incompatibilidade nas relações das duas nações. Contudo, colocando de parte o efeito catalisador, é necessário analisar o progresso e evolução dos vários conflitos territoriais que sucederam ao longo dos anos, após a partição.

A existência do conflito atual pode ser atribuída a dois fatores principais, a recorrência de alterações territoriais e a ineficiência dos esforços diplomáticos em alcançar ou desenvolver uma possível conclusão definitiva.

Vários conflitos entre os grupos hindus e muçulmanos, semelhantes aos que aconteceram séculos atrás, alimentaram e aprofundaram a divisão étnica existente. Com isto em mente, será observado exatamente quais os efeitos e resultados que estes conflitos infligiram na Índia e em Paquistão, não só para determinar os danos causados, mas como também verificar as possíveis influências que tais ataques poderão ter afetado os vários tratados e pactos de paz.

Analisando estes esforços diplomáticos entre as duas nações e os seus mediantes, irá ser determinada a sua eficácia na resolução do conflito, se de facto teve um contributo significativo ou se, por alguma razão, piorou as relações entre a Índia e o Paquistão. Vai também ser observado o possível efeito prolongado de quaisquer pactos e tratados que, estando em efeito atualmente ou não, influenciaram a criação de novas resoluções de conflito ou que contribuíram para a dedicação e diligência dos esforços de paz.

Através destas análises, podemos verificar a situação atual do conflito territorial entre a Índia e o Paquistão, contextualizando o desenvolvimento da disputa desde a sua origem até ao presente, para que depois se possa observar com certeza a eficácia das atuais negociações diplomáticas, tanto em execução como em fase de planeamento.

Guerras após a partição

Ao mesmo tempo em que um dos maiores fluxos de migração alguma vez registados decorria em 1947, seguindo a partição da Índia, poucos meses após a sua independência, começou a primeira guerra com uma relação direta na disputa territorial atual.

Pouco tempo após a divisão do subcontinente asiático, recordando que se tratou de um processo apressado e com resultados indesejáveis, vários ataques e protestos violentos manifestaram-se devido ao influxo de refugiados muçulmanos e hindus. A dimensão da migração em si foi responsável pela desordem e violência, mas tentativas das autoridades em controlar e apaziguar o caos presente na altura suscitou a natureza antagonista dos dois grupos étnicos.

À medida que a migração e a violência alcançavam o território de Caxemira e Jammu, e as autoridades entravam em ação, surgiam queixas por parte de políticos e a imprensa paquistanesa, acusando as autoridades de atos de terrorismo contra muçulmanos, apesar de agirem de maneira indiferente perante todos os grupos étnicos e religiosos durante o caos da migração. Ao promover a propaganda que proclamava que a população muçulmana estava vítima de extermínio e expulsão territorial, criou-se a primeira milícia muçulmana, esta que aumentou a frequência de ataques contra as autoridades policiais e militares. Tais ataques eram fomentados e reforçados com o apoio do exército paquistanês, ao mesmo tempo em que criticavam o Governo de Caxemira pelas supostas atrocidades. O primeiro ato de guerra veio após a formação desta milícia, onde cerca de 5000 muçulmanos invasores, juntamente com soldados muçulmanos que serviram e se revoltaram contra o exército de Caxemira e milícias locais, destituíram e ocuparam o governo de Caxemira, enquanto Jammu era ocupado pelas forças da Índia, agindo em retaliação do ataque de Paquistão³⁴.

O sucedido tratou-se de inúmeros ataques e contra-ataques por parte das duas forças militares. As forças da Índia, vindo de Jammu, distribuíram as suas tropas de modo a executar vários ataques em pequena escala e impedir os avanços das forças paquistanesas, estas que aumentavam continuamente em quantidade e artilharia pesada. A culminação das táticas da Índia resultou na recaptura parcial do território de Caxemira³⁵.

Esta guerra continuou, com várias operações e ataques de ambos os lados para recapturar os seus territórios, até que, graças à mediação da ONU e a aprovação dos Governos da Índia e do Paquistão, foi possível estabelecer um período de cessar-fogo em 1949. Foi também solicitado um plebiscito fundado em imparcialidade e com a colaboração das duas nações, de modo a determinar o futuro dos territórios contestados³⁶.

³⁴ KISS, Peter, "THE FIRST INDO-PAKISTANI WAR, 1947-48", 2013, pp. 11-13

³⁵ SINGH, Rohit, "Operations in Jammu and Kashmir 1947-48", 2012, pp. 141-143

³⁶ ONU, "Resolution adopted at the meeting of the United Nations Commission for India and Pakistan on 5 January, 1949.", 1949.

Esta resolução não só não conseguiu manter o cessar-fogo para estabilizar a situação volátil entre a Índia e o Paquistão, mas como também não conseguiu estabelecer o plebiscito planeado, levando a mais futuros conflitos territoriais.

Os resultados desta guerra marcaram as posições atuais do que é considerado hoje o território de Caxemira e Jammu da Índia e do Paquistão, com um terço de território paquistanês, e o resto indiano. Contudo, ambas as nações questionam a legitimidade destas ocupações³⁷.

De certo modo, com estes resultados, a situação antagônica entre as duas nações somente piorou com pequenos fatores geoestratégicos a serem alterados. A proporção territorial do subcontinente asiático continua a ser majoritariamente da Índia, e apesar dos vários confrontos territoriais que se mostram por apresentar, as fronteiras permanecem, atualmente, iguais.

Devido ao facto de esta guerra, seguida logo após a partição, ter definido a posse territorial de posições geoestratégicas com bastante importância no que diz respeito à segurança nacional e a sua economia, sem recurso a um plebiscito que ficou por ser determinado, os resultados da guerra favoreceram a Índia muito mais do que o Paquistão.

Anteriormente, foi evidenciada a importância que Caxemira e Jammu tem para com Paquistão, esta nação que, durante a partição, ficou com um território substancialmente mais pequeno. Com necessidades de sobrevivência como fator de questão, após uma guerra sem benefícios, outro conflito seria de se esperar. A falta de mediação e plebiscito levou a que Paquistão recorresse a iniciar uma nova guerra, em 1965, conhecendo bem os riscos que corre e o valor que Caxemira e Jammu tem para com a sua nação³⁸.

De modo semelhante à primeira guerra, esta começou com uma invasão de Paquistão no território de Caxemira e Jammu, mas desta vez de forma mais subtil. O primeiro ato de guerra foi denominado Operação Gibraltar, consistindo na ideia de 7000 soldados paquistaneses arranjam modo de infiltrar a porção do território da Índia, para que estes pudessem planear e criar uma insurgência, enfraquecendo as forças militares indianas, passando depois a outra operação, esta consistindo de ataques com artilharia pesada e veículos blindados. A primeira operação em si foi denominada como um fracasso, onde não só muitos dos soldados paquistaneses que infiltraram foram apreendidos antes de puderem causar danos significativos, como os restantes não foram capazes de causar uma insurgência conforme

³⁷ Kingfisher Encyclopedias, "The Kingfisher History Encyclopedia", 2004, p. 460

³⁸ PAUL, Thazha, "The India-Pakistan Conflict: An Enduring Rivalry", 2005, pp. 104-105

tinham planeado. Mesmo ao procederem com a próxima operação, esta guerra foi geralmente considerada um fracasso, mesmo com a assistência da China em impor ultimatos contra a Índia, estes que tiveram pouco efeito, sendo desmascarados como bluffs³⁹.

O motivo pelo qual as operações de Paquistão resultaram em tal fracasso envolveu dois fatores importantes. Primeiro, as operações foram executadas com bastante confusão, incerteza e falta de comunicação, mas para além disso, estas foram iniciadas com a ideia de que as tropas da Índia se encontravam vulneráveis, quando, na verdade, tinham aumentado a sua presença no seu território de Caxemira e Jammu⁴⁰.

De facto, tendo passado quase duas décadas desde a primeira guerra, sem conflitos prévios, seria motivo para assumir o relaxamento da presença militar da Índia. Contudo, não sendo esse o caso, esta guerra mostra não só o nível de informação presente, de ambos os lados, sobre a sua respetiva oposição, mas como também o desespero de Paquistão em reclamar o que lhes julgam ser devido.

Esta guerra teve a duração de apenas 17 dias, tornando-se um dos conflitos violentos, entre duas nações, mais curtos alguma vez registados. Novamente, graças à mediação da ONU, um cessar-fogo foi estabelecido, colocando o fim da guerra, o mesmo que aconteceu com a primeira guerra de 1947. Outra semelhança que partilha com esse primeiro confronto trata-se da clara vitória para a Índia, sendo novamente a nação com menos prejuízos⁴¹.

As preocupações desta segunda guerra não terminam aqui. Apesar de se ter terminado, existem preocupações que perduraram o conflito, tal como a Central Intelligence Agency (CIA) explica num memorando, este feito pouco tempo após a guerra em questão, indicando que tanto a Índia como o Paquistão mostraram relutância em concordar com um cessar-fogo, e que muitos problemas continuam por ser resolvidos, estes que podem vir a durar vários anos. O facto de Paquistão não ter concordado plenamente com o cessar-fogo leva a considerar, na altura, a possibilidade de mais guerras territoriais no futuro⁴².

A duração do conflito territorial entre a Índia e o Paquistão começa a ser um dilema de maior preocupação internacional, após esta segunda guerra, pois é colocada atenção aos problemas recorrentes que originaram as duas primeiras guerras entre as duas nações. Sem mediação, existe a possibilidade de os dois países continuarem as suas guerras territoriais até um dos lados ceder. Mas entendendo a importância que Caxemira e Jammu possui para

³⁹ RIEDEL, Bruce, "Avoiding Armageddon: America, India, and Pakistan to the Brink and Back", 2013, pp. 66-67

⁴⁰ SCHOFIELD, Victoria, "Kashmir in conflict : India, Pakistan and the unending war", 2003, p. 109

⁴¹ KUX, Dennis, "India-Pakistan Negotiations: Is Past Still Prologue?", 2006, p. 30

⁴² CIA, Intelligence Memorandum The Aftermath of the India-Pakistan War, 1965, p. 1

ambos, o cenário mais preocupante pode vir a ser a desolação de tanto a Índia como o Paquistão.

Juntamente com outro fator preocupante, esse sendo a relutância aparente do cessar-fogo, levanta algumas incertezas relativamente à eficácia das futuras negociações diplomáticas dos próximos conflitos territoriais.

Algo a ter em mente é o facto de Paquistão ter, novamente, maiores prejuízos que a Índia, após uma guerra. Foi notado anteriormente que o desespero de Paquistão levou a que iniciasse outra guerra com a Índia, apesar dos riscos presentes. Tal ousadia colocou o país numa situação pior do que quando decidiu executar as operações em 1965, indicando a possibilidade de um novo conflito motivado pelo mesmo sentimento.

Contudo, a próxima guerra tratou-se da primeira que não envolveu uma disputa territorial relativamente a Caxemira e Jammu.

A terceira guerra entre Índia e Paquistão começou em 1971, após Bangladesh declarar a sua independência de Paquistão durante a sua própria guerra de libertação. O motivo pelo qual esta guerra inclui a Índia vem da sua intervenção após a declaração, o que levou a que a nação vizinha suportasse a revolta de Bangladesh, de modo a enfraquecer Paquistão e possuir uma maior vantagem territorial. Esta guerra em particular é famosa devido à mesma característica que partilha com a guerra de 1965, tendo uma duração quase igualmente curta, de 13 dias⁴³.

Bangladesh, que antes desta guerra era considerado o leste de Paquistão, recorreu a uma revolução de independência devido, resumidamente, à opressão e marginalização por de parte do resto de Paquistão após a partição de 1947⁴⁴.

A guerra terminou com a declaração de rendição das forças armadas situadas no leste de Paquistão para com o Tenente-General das forças da Índia e Bangladesh⁴⁵.

Esta guerra marca não só o terceiro conflito territorial entre a Índia e o Paquistão, apesar de não envolver a Caxemira e Jammu, mas como também a terceira vitória consecutiva

⁴³ Study, "The Indo-Pakistani War of 1971: Origins, Events & Consequences" (online). Disponível na internet: <https://study.com/academy/lesson/the-indo-pakistani-war-of-1971-origins-events-consequences.html> (consultado em 18/02/2020).

⁴⁴ SAKIB, Najmus, "Victimization during the Liberation War 1971 and Transitional Justice: The Case of Bangladesh", 2018, p. 12

⁴⁵ Ministry of External Affairs, Government of India, "Instrument of Surrender of Pakistan forces in Dacca" (online). Disponível na internet: <https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/5312/Instrument+of+Surrender+of+Pakistan+forces+in+Dacca> (consultado em 18/02/2020).

para a Índia, novamente destacando os vários benefícios que obteve após a disputa, como também as perdas da nação rival.

Não só assistiu na independência de Bangladesh, efetivamente diminuindo a presença e alcance de Paquistão com o território indiano, mas como obteve vários recursos militares no processo. Entende-se que, mesmo sem confronto direto, a Índia consegue investir em quaisquer oportunidades se mostram presentes para enfraquecer o Paquistão, não se limitando a situações de retaliação.

Esta guerra também tornou evidente os interesses da Índia fora dos contextos inerentes de Caxemira e Jammu, pois a assistência na liberalização de Bangladesh oferece oportunidades diplomáticas que poderão ser favoráveis em futuros conflitos armados.

A última grande guerra territorial, entre a Índia e o Paquistão, decorreu em 1999, quando Paquistão invadiu o distrito de Cargil, situado no território de Caxemira e Jammu, ocupado pela Índia. Esta guerra possui um carácter único, este que se distingue no uso de forças aéreas durante o curso desta disputa. Foi notado, anteriormente, o uso de veículos blindados durante a época de guerra, por parte de Paquistão, contudo, forças aéreas mostraram-se ser utilizadas, por parte da Índia, para desempenhar as suas operações e proteger o seu território⁴⁶.

O uso único de forças aéreas, neste conflito em particular, sugere um certo nível de inovação em lidar com invasões por parte de Paquistão, tendo em conta os armamentos utilizados em guerras anteriores.

As motivações deste conflito mostram, para além de ocupação territorial, a necessidade de Paquistão motivar e aumentar o moral e a imagem das suas tropas, tendo em conta os resultados do passado, onde todas as outras insurgências resultaram em completa derrota. Algo a notar com este conflito em particular vem do facto de ter sido iniciado durante a época de testes e desenvolvimentos de armas nucleares por parte das duas nações. O perigo desta guerra não se limita, agora, simplesmente ao moral das tropas ou ao território disputado, atraindo a atenção das comunidades internacionais, mais do que nunca. Em particular, destacou-se a presença dos E.U.A, estes que agiram como figura mediante durante a guerra, de modo a evitar a possibilidade de um desastre nuclear, pois foi notado que a Índia retaliou com um nível de intensidade que surpreendeu o Paquistão. Apesar do sucesso dos E.U.A em colocar uma trégua que resultou no fim da guerra, foi notado o facto de que a intervenção

⁴⁶ LAMBETH, Benjamin, "AIR POWER AT 18,000' THE INDIAN AIR FORCE IN THE KARGIL WAR", 2012, p. 9

exterior e o seu papel de negociação diplomática não serão o suficiente para terminar ataques semelhantes no futuro, tais que podem acontecer durante as próprias negociações⁴⁷.

Deste modo nota-se que o apaziguamento em cada guerra que surge entre Índia e o Paquistão, recorrendo a intervenções e negociações durante tais épocas de conflito, não parece ser uma alternativa completamente segura até se estabelecer paz entre os dois países. Novos fatores, tais como a presença e desenvolvimento de armas nucleares, colocam agora não só a segurança nacional das duas nações rivais, mas como também da comunidade internacional e os seus aliados.

Vários tratados e pactos foram estabelecidos desde a primeira guerra, em 1947, com a intenção de resolver a questão territorial e terminar os conflitos, algo que vai ser analisado momentaneamente, onde alguns tiveram um maior impacto que outros, mas todos incapazes de travar a continuação das disputas.

Entendendo não só o antagonismo das duas nações, juntamente com a aflição e receio pela segurança territorial das respetivas partes de Caxemira e Jammu, esta que coloca uma importância que coloca a soberania dos dois países em questão, a eficácia das negociações diplomáticas e missões de paz põem-se em questão com cada guerra que passa.

Compreendendo a situação de Paquistão, que por muitas disputas mostrou sinais de desespero em avançar com as suas conquistas territoriais, quaisquer tratado e pacto que seja estabelecido tem de entender a posição de ambas as nações e agir adequadamente para alcançar um consenso que se mostre sensato para todos os participantes, que, graças ao desenvolvimento de armas nucleares de Índia e Paquistão, envolve a comunidade internacional.

De modo a verificar os progressos atuais das negociações diplomáticas para com as duas nações, irá ser observado os esforços antecedentes, no que toca aos seus objetivos na altura que foram desenvolvidos e qual o seu impacto.

Apesar de não terem impedido a origem de guerras subsequentes às anteriores, isto não exclui a possibilidade de terem causado efeitos inerentes que possam ter aberto a possibilidade de novos esforços de paz no futuro. Consequentemente, existe também a possibilidade da origem de efeitos adversos, o que somente se pode determinar com um entendimento contextual de tais tratados e pactos.

Distinguindo os principais problemas e causas de guerra entre a Índia e Paquistão, e a sua permanência na cultura de ambas as nações, as negociações diplomáticas necessitam de

⁴⁷ BOMMAKANTI, Kartik, "Coercion and Control: Explaining India's Victory at Kargil", 2011, pp. 285 - 286

uma estrutura progressiva, algo que permita a entrada de mudanças que não se mostrem demasiado abruptas e que não se apresente como uma ameaça inicial à integridade e soberania dos dois países, pois a segurança geoestratégica mostra-se ser prioritária para tanto a Índia como o Paquistão.

Pactos, Tratados e Acordos

Mesmo com os vários motivos e justificações analisados anteriormente, um estado de guerra, com todos os estragos e prejuízos que lhe acompanham, não é inteiramente desejável para a maior parte das nações, incluindo Índia e Paquistão. De tal modo, vários processos de paz foram estabelecidos ao longo dos anos, após a partição.

Foi visto que a primeira guerra territorial entre as duas nações rivais foi terminada com um acordo de cessar-fogo, este que foi mediado pela ONU. Este acordo foi denominado de Acordo Carachi, estabelecido em 1949, e implementou o cessar-fogo através da demarcação de uma linha de 830 km de comprimento entre as tropas paquistanesas e indianas, de onde se situavam quando a guerra terminou. Qualquer aproveitamento de anomalias geográficas ou violação do acordo, através de atividade militar, seria definitivamente observada, mas isto não impediu o surgimento de inúmeras violações contra as proibições estabelecidas com o cessar-fogo. Manter a paz entre os dois países, durante a etapa em que o Acordo estaria em efeito, mostrou-se ser uma tarefa demasiado exigente, pois o número de recursos humanos prestados às forças de manutenção de paz para manterem as suas operações, durante a ausência de guerra, eram demasiado modestos, nunca excedendo 99 indivíduos⁴⁸.

Verifica-se que, na primeira intervenção de paz internacional, o insucesso de mediar a disputa territorial trouxe certos prejuízos. Os poucos recursos prestados por parte da autorização das Nações Unidas para as missões de manutenção de paz indicam a suposição de que as regras do Acordo seriam respeitadas a um alto nível de confiança entre os dois países em questão, algo que, analisando o historial das relações indo-paquistanesas, seria algo que se deveria desconfiar.

O facto de que as proibições de atividade militar estabelecidas seriam violadas pelas duas nações, cujas seriam certamente observadas pelos mediadores que as estabeleceram, dá a

⁴⁸ WIRSING, Robert, "War Or Peace on the Line of Control?: The India-Pakistan Dispute Over Kashmir Turns Fifty", 1998, pp. 9-11

primeira indicação de que, pelo bem da sua respetiva proteção geoestratégica, ambos países iriam rejeitar as suas obrigações a que concordaram.

Em retrospectiva, algo que se pode ser também considerado uma falha no Acordo de Carachi é a recusa de tratar de assuntos políticos e concentrando somente em assuntos militares durante os encontros diplomáticos que iriam estabelecer o acordo⁴⁹.

Tendo em conta que se trata de um cessar-fogo, aplicar um acordo unicamente à questão militar não é irrazoável, mas reconhecendo o historial dos dois países, recentemente formados, durante a ocupação britânica, incluir tópicos relevantes para o melhoramento das relações entre Índia e Paquistão poderiam constituir um melhor desempenho no cumprimento das proibições estabelecidas. Pode-se atribuir, também, a possibilidade de tais discussões políticas agravarem as relações voláteis e possivelmente pôr em causa o desenvolvimento do acordo em si.

No entanto, a próxima negociação diplomática viria a tomar uma abordagem mais adjacente aos problemas culturais e territoriais entre a Índia e o Paquistão.

No que diz respeito à importância dos territórios contestados, analisado anteriormente, o acesso a corpos de água é um dos fatores principais pelo qual os dois países rivais se encontram em disputa territorial. Tal é a importância deste recurso vital que, em 19 de Setembro de 1960, foi assinado o Indus Water Treaty (IWT), onde o Governo da Índia, como também o Governo de Paquistão, reconheceram a necessidade de ambas as nações terem acesso completo ao sistema de rios situado em ambas as fronteiras. Tal acesso acompanha algumas limitações relativamente ao uso doméstico, uso não-consumptivo e obstruções do fluxo dos rios em questão. Mas a autorização deste acesso, entre os dois países que chegaram a este acordo ao reconhecer a importância que coloca para a sua sobrevivência mútua, mostra-se ser o primeiro indício de uma negociação diplomática bem-sucedida entre a Índia e o Paquistão. Para além de ter tido sucesso no seu objetivo principal, o próprio tratado reconhece que foi estabelecido com um espírito de boa-fé e amizade, um sentimento essencial para eliminar a presença cultural de antagonismo entre os dois países⁵⁰.

⁴⁹ Ministry of External Affairs, Government of India, "AGREEMENT BETWEEN MILITARY REPRESENTATIVES OF INDIA AND PAKISTAN REGARDING THE ESTABLISHMENT OF CEASE-FIRE LINE IN THE STATE OF JAMMU AND KASHMIR" Disponível na internet: <https://mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/5252/Agreement+relating+to+Ceasefire+Line+in+JampK> (consultado em 20/02/2020)

⁵⁰ ONU, "INDIA, PAKISTAN and INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT" Disponível na internet: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTs/Volume%20419/volume-419-I-6032-English.pdf> (consultado em 20/02/2020)

Este tratado continua em efeito, onde, de momento, está a ser analisado em relação aos planos da Índia em gerar energia hidroelétrica com os rios orientais, estes não incluídos na partilha de rios estabelecido no tratado, sendo exclusivos ao uso da Índia. Relatórios indicam que alguma água dos rios exclusivos continua a fluir, anualmente, para Paquistão, e medidas estão a ser discutidas para desviar o fluxo de volta ao uso exclusivo, indicando a preservação da integridade deste tratado, ao contrário de que foi visto com o Acordo Carachi⁵¹.

A próxima negociação diplomática veio com uma declaração, onde, novamente, se estabeleceu um cessar-fogo, desta vez da guerra de 1965. Contudo, ao contrário do primeiro acordo, este reafirmou, tal como no IWT, a declaração de tanto a Índia como o Paquistão em promover relações amistosas entre ambos, procurando resolver as suas disputas com métodos pacíficos. Esta declaração, denominada de Declaração de Tashkent, estabeleceu a remoção das respetivas tropas e forças armadas situadas nos territórios contestados, como também promover as relações económicas e culturais entre as duas nações, deste modo agindo sobre um dos problemas fundamentais do antagonismo cultural presente nos dois países⁵².

Infelizmente, esta nova etapa em estabelecimento de paz seria sujeita a uns eventos que colocou a sua integridade em questão, fomentado pela discórdia existente entre as duas nações.

Parte da população da Índia e do Paquistão criticaram os seus respetivos Governos pelas decisões estabelecidas. Vários estudantes criticaram a liderança de Paquistão, e o povo indiano criticou a falta de colocação de um “pacto sem-guerra” ou o impedimento de táticas de guerrilha em Caxemira. O pior estaria por vir, quando, no dia seguinte após a sua assinatura na declaração, o Primeiro-Ministro da Índia, Lal Bahadur Shastri, morreu após um ataque cardíaco fatal. Apesar da sua morte ter sido reportada como tal, a animosidade sentida, especialmente após as críticas feitas contra a declaração, levou ao surgimento de várias teorias de conspiração em relação à morte do Primeiro-Ministro⁵³.

Com este novo desenvolvimento diplomático, torna-se evidente algo bastante importante que tem de ser considerado nos próximos acordos e tratados. Por muito progresso

⁵¹ Press Information Bureau Government of India, “Indus Waters Treaty 1960 : Present Status of Development in India” Disponível na internet: <https://pib.gov.in/Pressreleaseshare.aspx?PRID=1565906> (consultado em 23/02/2020).

⁵² United Nations Security Council, “Letter dated 24 March 1966 from the permanent representative of India addressed to the President of the Security Council”, 1966, pp. 1-3

⁵³ Maps of India, “June 30 1965 – A Ceasefire Is Agreed under UN Auspices Between India and Pakistan to Stop the War at the Rann of Kutch” Disponível na internet: <http://www.mapsofindia.com/on-this-day/june-30-1965-a-ceasefire-is-agreed-under-un-auspices-between-india-and-pakistan-to-stop-the-war-at-the-rann-of-kutch> (consultado em 24/02/2020).

que seja feito por parte dos representantes das nações, este ficará sempre dependente da percepção popular, pois o problema de antagonismo cultural encontra-se na população.

A direção do melhoramento das relações entre os povos da Índia e do Paquistão permaneceu, algo que se nota no Acordo de Shimla. Este foi estabelecido em 1972, após a guerra de 1971, envolvendo a independência de Bangladesh, e concentrou-se somente no melhoramento das relações bilaterais entre a Índia e o Paquistão, com o objetivo de terminar os confrontos e conflitos entre ambos. Este acordo indica a determinação dos dois países em abordar todos os problemas que suscitaram desde os últimos 25 anos, que neste contexto indica a época após a partição da Índia, com negociações bilaterais ou qualquer outra abordagem pacífica. Juntamente com isto, o respeito pelo território, soberania e independência política de ambos é outro fator necessário como um pré-requisito para que o melhoramento das relações bilaterais consiga ser eficaz. Este acordo apresenta uma estrutura necessária de modo a alcançar o que propõem, apresentando etapas designadas para que, de maneira progressiva, seja possível estabelecer paz entre as duas nações. Estas envolvem planos como a promoção do intercâmbio de culturas e a facilitação de deslocação e viagem entre a Índia e o Paquistão.⁵⁴

Somente após várias guerras, durante um espaço de 25 anos, é que foi possível alcançar um acordo que visa atacar não só os problemas da altura mas como também as suas raízes, tudo isto de maneira progressiva e estabelecido em etapas que se mostram benéficas para ambos países, em vez de simplesmente anunciar as suas intenções de alcançar paz.

Isto leva a questionar o facto do acordo não ter impedido a guerra de 1999, tendo em conta que o esquema e maquete deste plano engloba os fatores e as raízes dos problemas que originam os conflitos entre a Índia e o Paquistão, com soluções sensatas que não impõem fardos ou geram preocupações de segurança para ambos. De facto, o potencial para alcançar a paz, gradualmente, mostra-se presente neste acordo.

Mas várias críticas surgiram quanto à maneira que o acordo abordou a questão dos territórios disputados.

Estas críticas manifestam-se no facto de que o acordo em si, ao colocar Caxemira e Jammu como territórios disputados, que, através de negociações bilaterais, devem ser sujeitos a uma decisão final em termos de pertença legítima, abriu a possibilidade da Índia explorar a vulnerabilidade de Paquistão ao obstruir o envolvimento de terceiros-partidos e influenciar a

⁵⁴ Ministry of External Affairs, Government of India, "Simla Agreement" Disponível na internet: <https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/5541/Simla+Agreement> (consultado em 25/02/2020).

composição demográfica paquistanesa existente nos territórios disputados, violando assim o acordo estabelecido. Tais ações podem levar à dissolução do processo de paz estabelecido⁵⁵.

A ausência de conflito violento, neste caso, não impediu a possibilidade da Índia influenciar a questão territorial fora do espectro de negociações bilaterais, como também não impediu o sentimento de insegurança manifestado por parte de Paquistão.

São colocadas, também por parte de Paquistão, críticas não só ao facto das negociações do acordo terem levado à categorização de território que proclamavam como legitimamente paquistanês, mas como também críticas à fraca avaliação dos predicamentos que Paquistão sofre, estes que seriam certamente aproveitados pela Índia, cujo afirmavam que se encontrava numa posição de poder bastante superior. Para Paquistão, a sua força militar era vista como o grande equalizador contra a Índia, e este foi rendido inútil com o Acordo de Shimla⁵⁶.

As questões de segurança deixaram de ser vistas no espectro da presença de guerra, e ocuparam os receios de uma dominação feita com um poder e influência bastante superior. Foi visto várias vezes os cenários onde Paquistão se encontrou cada vez mais debilitado com cada guerra que perdia contra a Índia, juntamente com o seu desespero em assegurar o controlo do seu território e expandi-lo para o benefício da sua nação. O sentimento de insegurança é demasiado presente em Paquistão para que este se situe de igual estatuto em negociações bilaterais de paz.

Isto levou a que o Acordo não fosse suficiente para impedir a guerra de 1999, apesar de mostrar o potencial para isso mesmo. Nota-se que um entendimento para o objetivo de paz, mesmo com um plano estabelecido, não consegue ser implementado com sucesso sem primeiro encaixar o contexto das diferenças entre os dois países. Paquistão mostra que tem muito mais a perder, entendendo os resultados da partição e das guerras que sucederam, e para realizar uma boa negociação bilateral diplomática, é necessário ter em conta as vantagens e desvantagens presentes antes de colocar as nações em questão como iguais.

De facto, isto torna o processo de paz muito mais complexo, pois apesar de ser ideal estabelecer a Índia e Paquistão como iguais no processo de negociações, existe o facto de que a Índia possui mais meios e oportunidades para colocar as disputas territoriais a seu favor.

⁵⁵ GVS, "Simla Agreement: "Peace" that almost happened" Disponível na internet: <https://www.globalvillagespace.com/simla-agreement-peace-that-almost-happened/> (consultado em 26/02/2020).

⁵⁶ Rediff, "Why the 1972 Shimla accord was a disaster" Disponível na internet: <https://www.rediff.com/news/column/why-the-1972-shimla-accord-was-a-disaster/20160702.htm> (consultado em 26/02/2020).

Neste caso, existe um sentimento de insegurança quando o recurso militar não está presente para Paquistão caso, por alguma razão, a Índia quebra o acordo e utilize essa oportunidade para executar conquistas territoriais.

A insegurança por parte da Índia seria, também, um outro problema a lidar caso a insistência de Paquistão em permanecer com as suas forças armadas fosse aceite.

Todos estes tratados, declarações e acordos analisados em retrospectiva mostram não só as suas falhas, mas como também as suas evoluções ao longo dos anos, algo que continua a ser certo atualmente.

O insucesso constante das negociações diplomáticas pode levar a um efeito adverso, onde a esperança para o fim do conflito territorial seja reduzida ao testemunhar o fracasso de várias tentativas. Mas muitas questões são abordadas com cada nova etapa, alguma que é refletido atualmente onde os esforços para estabelecer paz entre a Índia e o Paquistão continuam a ser uma das propriedades para não só as duas nações, mas como também a comunidade internacional.

O que se retira, no meio de várias tentativas, é que a persistência em si é valorizada, pois com cada fracasso é notado, em retrospectiva, a complexidade deste conflito e como melhor abordar na próxima negociação diplomática.

Situação atual

Os esforços de paz diplomáticos foram vistos como ineficazes em alcançar uma conclusão para o conflito territorial entre a Índia e o Paquistão. Contudo, desde a guerra de 1999, nenhum outro conflito de grande escala territorial decorreu entre os dois países.

No âmbito do conceito da atualidade, irá ser contextualizado os acontecimentos após esta última guerra, não só devido à abstenção de guerras, mas como também devido às diferenças na dinâmica bilateral entre os dois países presentes no caminho para o século 21.

É possível atribuir o facto de não ter sido iniciada nenhuma guerra em duas décadas devido aos acordos e tratados estabelecidos, estes que foram vistos, até 1972, adaptarem-se às situações dos seus tempos, tal tendência que permaneceu durante os próximos anos. Algo que é visto novamente, em 1999, com a Declaração de Lahore, esta que visou alcançar um entendimento mútuo, entre Índia e Paquistão, quanto aos seus respetivos desenvolvimentos nucleares, no sentido de que nenhuma das nações em questão irá colocar ambas as seguranças

nacionais com armamento nuclear, agindo antes a favor de desarmamento nuclear universal. Para além deste tópico em específico, o sentimento e apelo de paz e harmonia entre os dois países fica revigorado, refletindo o que foi estipulado no acordo de 1972.⁵⁷

Mas apesar do objetivo de paz se encontrar presente, manifestações do antagonismo entre as duas nações surgem mesmo durante a ausência de guerras, reforçando a severidade dos problemas que persistem durante décadas.

Em dezembro de 2001, um grupo terrorista paquistanês executou um ataque suicida ao Parlamento da Índia, resultando na morte de 9 pessoas. Um dos atacantes que sobreviveu o ataque foi, subsequentemente, julgado em 2002 pelos seus crimes, recebendo a sentença de morte por enforcamento, esta que foi executada em 2013. Índia declarou a sua tolerância zero perante ataques terroristas, defendendo o julgamento perante críticas relativas ao tempo entre o ataque e a execução da sentença. Marcando o facto de que o enforcamento em questão aconteceu relativamente perto de outro enforcamento que decorreu resultante de outro ataque terrorista na Índia, mais especificamente em Bombaim, críticas por parte da organização não-governamental, Humans Rights Watch, apontam para o repetido uso da pena de morte, apresentando uma tendência preocupante por parte da Índia.⁵⁸

Mostra-se que, para além de guerras territoriais, a ameaça de grupos terroristas fomenta o antagonismo presente, entre os dois países, fora do controlo do respetivo Governo. Apesar de se apresentarem como atos fora da vontade do país, os membros governantes são criticados por tais ações, exigindo uma solução.

De modo que as tensões sejam reguladas, o Presidente de Paquistão, em janeiro de 2002, fez um comunicado, distanciando-se e condenando os ataques de 2001 contra a Índia, indicando várias medidas que iria tomar para combater o terrorismo, demonstrando as suas intenções para um melhor relacionamento bilateral.⁵⁹

Mudanças significativas no relacionamento bilateral começaram a aparecer em 2005 e 2006, quando a Índia retirou cerca de 5000 tropas situadas em Caxemira e Jammu, declarando que a situação territorial apresenta melhorias. Esta decisão consegue ser atribuída à ação das relações bilaterais através da transparência que ambos os países têm em relação ao seu

⁵⁷ United States Institute of Peace, "The Lahore Declaration" Disponível na internet:

https://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/peace_agreements/ip_lahore19990221.pdf (consultado em 28/02/2020).

⁵⁸ The New York Times, "Amid Protests, India Executes Man in '01 Parliament Attack" Disponível na internet:

<https://www.nytimes.com/2013/02/10/world/asia/india-executes-man-tied-to-2001-attack-on-parliament.html> (consultado em 28/02/2020).

⁵⁹ The Guardian, "Tensions eased after Pakistani pledges" Disponível na internet:

<https://www.theguardian.com/world/2002/jan/08/india.kashmir> (consultado em 28/02/2020).

desenvolvimento nuclear, como também a facilitação de viagem e movimento entre Índia e Paquistão. Esta decisão foi depois seguida com uma parceria entre Índia e Paquistão no combate contra o tráfico humano, imigração ilegal e propagação de dinheiro falso que afeta ambas as nações, juntamente com negócios de comércio e de transporte. Apesar deste progresso, o impulso do melhoramento das relações bilaterais não foi o suficiente para chegar a um acordo relativamente ao glaciar de Siachen, que continua sujeito à presença de forças armadas.⁶⁰

À parte do que os ataques terroristas possam sugerir, mostra-se um claro progresso entre Índia e Paquistão no que conta para um dos problemas fundamentais, esse sendo o antagonismo cultural presente. Ao efetuar várias decisões periódicas que promovem a transparência entre ambos os países, receios de possíveis invasões territoriais conseguem diminuir. Ao promover e facilitar viagem e comércio entre os mesmos, a divisão entre nações e etnias consegue ser combatida de forma eficaz e menos abrasiva, dando oportunidade de interagir com os outros povos num ambiente ausente de guerra e encorajar a troca de culturas. É esta a situação predefinida ideal para alcançar um acordo ou tratado com poucas represálias e preocupações.

Infelizmente, os frutos destes progressos viriam a ser sujeitos a novos ataques terroristas. Tal foi o caso em fevereiro de 2007, onde, graças aos frutos dos esforços entre Índia e Paquistão em desenvolver um maior acesso de viagem entre os dois países, um comboio expresso que viajava entre as duas nações foi bombeado num ataque terrorista, resultando na morte de 65 pessoas. Tanto o Presidente de Paquistão, como também o Primeiro-Ministro da Índia afirmaram que tais eventos não iriam impedir o progresso nas suas relações bilaterais.⁶¹

Apesar da posição firme dos líderes das respetivas nações, ataques terroristas com motivações reacionárias mostram a oposição de certos grupos contra o caminho do progresso existente, afetando possíveis planeamentos por parte dos Governos em questão, como também a opinião pública dos dois povos onde o antagonismo étnico ainda se mostra relativamente presente. Esta resistência coloca uma nova dimensão para os esforços de paz, fora da esfera da posição do Governo e da maioria da população, levando à necessidade de novas medidas para resolver a questão do terrorismo.

⁶⁰ CHATTERJI, Manas, GOPAL, Darvesh, SAVITA, Singh, "Governance, Development and Conflict", 2011, pp. 302 - 303

⁶¹ BBC, "Dozens dead in India train blasts" Disponível na internet: http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/6374377.stm (consultado em 29/02/2020)

Mais ataques viriam a surgir em 2008, onde 10 indivíduos, possivelmente ligados a um grupo terrorista paquistanês, coordenaram vários ataques terroristas que duraram 4 dias, entre 26 e 29 de novembro, em Bombaim. Os alvos destes ataques indiscriminados foram civis situados em espaços tais como cafés, hospitais e estações de comboios, resultando em 174 mortes, 9 das quais foram os atacantes, resultando no único sobrevivente ser apreendido. Face a este ataque, o Ministro de Negócios Estrangeiros da Índia apontou para a inatividade de Paquistão quanto à sua função de lidar com os grupos terroristas presentes no seu país.⁶²

Face a esta situação, nota-se que o peso do terrorismo começa a afetar o progresso das relações bilaterais entre os dois países. O comprometimento existente para um futuro de paz, livre de disputas territoriais, que a Índia e o Paquistão aderiram nos últimos tratados e acordos começa a ser posto em causa.

Esta tensão existente somente se iria agravar quando, 3 anos depois, em 2011, se deu a primeira disputa territorial em vários anos. Um ataque na linha de controlo, situada numa porção de território contestado em Caxemira, levou a uma troca de disparos entre as forças armadas de Índia e Paquistão. Este caso em particular mostra-se peculiar, no sentido em que ambos países acusam a sua respetiva oposição de ter iniciado o ataque, com diferentes relatos dos eventos.⁶³

Em 2013, a linha de controlo foi cenário de mais uma disputa territorial, esta mais violenta que a anterior. Novamente, diferentes relatos sobre qual das tropas provocou o primeiro ataque são debatidos e argumentados, mas algo que se tornou claro é que o progresso bilateral não irá decorrer como sempre. Trata-se da segunda vez, em muitos anos sem guerra, que o acordo de cessar-fogo foi quebrado, sem nenhum dos países assumindo responsabilidade pelo início da violação.⁶⁴

As relações bilaterais continuariam a ser danificadas quando novos ataques sucederam em 2014, na linha de controlo em Caxemira. Nesta situação em específico, Paquistão apelou às Nações Unidas e à comunidade internacional pelas suas responsabilidades em intervir

⁶² Encyclopædia Britannica, "Mumbai terrorist attacks of 2008" Disponível na internet: <https://www.britannica.com/event/Mumbai-terrorist-attacks-of-2008> (consultado em 29/02/2020).

⁶³ BBC, "Kashmir border deaths spark India and Pakistan row" Disponível na internet: <https://www.bbc.com/news/world-south-asia-14746985> (consultado em 29/02/2020).

⁶⁴ USA Today, "Pakistan says Indian troops kill soldier in Kashmir" Disponível na internet: <https://eu.usatoday.com/story/news/world/2013/01/15/pakistan-indian-kashmir/1836599/> (consultado em 29/02/2020).

durante estes acontecimentos, criticando a falta de mediação presente, e temendo as represálias da Índia.⁶⁵

Esta sequência de ataques em território contestado viria a persistir até 2019, acompanhando a queda dos progressos estabelecidos desde a última guerra entre Índia e Paquistão. O último caso apresenta-se em 14 de Fevereiro de 2019, onde, novamente, um grupo terrorista paquistanês executou um ataque suicida contra um autocarro que transportava funcionários da Força Policial da Reserva Central da Índia, este que aconteceu em um dos espaços de Caxemira e Jammu de ocupação indiana. Este ataque resultou na morte de todos os 40 funcionários que abordavam o veículo.⁶⁶

O que se pode retirar da presença de ataques terroristas e disputas territoriais espontâneas, apesar da Índia e Paquistão terem tomado, o que parece ser teoricamente, medidas bastante adequadas para o melhoramento das relações bilaterais, é o facto de que o sentimento de insegurança e desconfiança não consegue ser dissipado sem intervenção internacional.

O apelo de intervenção, por parte de Paquistão, que se mostra novamente em estado de desespero devido à sua incapacidade de prevenir os ataques terroristas, é feito com justa causa, pois o historial que existe entre as duas nações sobrepõe o progresso que ambos procuram alcançar. Observa-se que a situação atual entre a Índia e o Paquistão não apresenta indícios de desagrado com as medidas diplomáticas para alcançar a paz, verificando que se trata do ambiente presente que trava o objetivo que as duas nações procuram alcançar. Seja a presença de grupos radicais ou a situação volátil e delicada no que diz respeito à distribuição territorial, a existência de uma entidade mediadora é vital para alcançar uma solução. Utilizando os progressos que os esforços de paz anteriores exerceram, várias entidades continuam, atualmente, a alcançar um fim para este conflito histórico.

⁶⁵ Dawn, “Pakistan writes letter to UNSG over LOC violations by India” Disponível na internet: <https://www.dawn.com/news/1137495/pakistan-writes-letter-to-ung-over-loc-violations-by-india> (consultado em 29/02/2020).

⁶⁶ The Times of India, “Jaish terrorists attack CRPF convoy in Kashmir, kill at least 40 personnel” Disponível na internet: <https://timesofindia.indiatimes.com/india/37-crpf-jawans-martyred-in-ied-blast-in-jks-pulwama/articleshow/67992189.cms> (consultado em 01/03/2019).

3. Mediações do conflito entre Índia e Paquistão

Tendo observado o progresso gradual do conflito territorial entre a Índia e o Paquistão, ficou verificado os eventos que surgiram desde a partição do subcontinente asiático e as medidas tomadas para evitar que aconteçam novamente. Apesar de nunca ficar resolvido, os esforços de paz certamente influenciaram um empenho de melhoramento por parte dos Governos das respectivas nações.

No entanto, a continuação deste progresso encontra-se, atualmente, em risco, devido à presença de grupos terroristas e a presença da questão territorial que continua por ser resolvida, levando ao surgimento de ataques espontâneos por parte das forças armadas presentes nesses territórios.

O que fica averiguado é a presente falta de mediação eficaz, um fator decisivo em alterar a situação atual, com potencial de resolver a questão territorial, que, subsequentemente, iria resolver um dos últimos fatores determinantes que impede o estabelecimento de paz entre Índia e Paquistão.

Várias entidades internacionais mostram um grande interesse relativamente ao conflito entre as duas nações, procurando uma abordagem que facilite o apoio contínuo a ambos os países de modo que estes não estejam em constante dependência territorial, prevenindo assim o surgimento de possíveis guerras.

Ambos os países não apresentam falta de parcerias internacionais, mas a presença interveniente de mediação necessária para causar um impacto relevante para as relações bilaterais entre os dois países em questão continua por surgir.

Tendo em conta a situação volátil que este conflito apresenta ao longo dos anos, irá ser visto as medidas e abordagens que as várias entidades tomam para evitar uma presença invasiva e discriminatória, de modo a não piorar a situação atual e estabelecer uma paz sem precedente.

As relações bilaterais entre Índia e Paquistão sofrem com a insegurança e desconfiança que se desenvolveu ao longo dos anos, o que implica que o papel da entidade interveniente tem de produzir e declarar intenções diplomáticas sem razões que possam levantar suspeições por parte dos dois países, impondo um grande sentido de responsabilidade.

Mediação da União Europeia

A União Europeia tem tomado, atualmente e nos últimos anos, uma atenção especial ao conflito territorial em questão, pois procura reforçar as suas relações com tanto a Índia como Paquistão.

A União Europeia reconhece e mantém-se alerta de todos os desenvolvimentos relativos ao território de Caxemira e Jammu, incluindo as decisões dos respetivos Governos em relação a alterações estabelecidas, como também os efeitos potenciais de tais decisões e os motivos pelos seus estabelecimentos.

A União Europeia documenta que, atualmente, o estado territorial entre Caxemira e Jammu situa-se numa etapa instável após a decisão do Parlamento da Índia, em Agosto de 2019, de revogar o artigo 370 da sua constituição. O papel deste artigo incluía a autonomia da população maioritária muçulmana situada na porção de Caxemira e Jammu da Índia, que conta como dois terços do território total. Tal decisão repartiu o território que, seguido pelo veredicto do Parlamento indiano, foi sujeito à ocupação de 46000 tropas, o enceramento de vários estabelecimentos de ensino, suspensão de meios de comunicação e a apreensão de vários ativistas e líderes políticos da região. Reconhecendo todos os desenvolvimentos anteriores a este, tais como os ataques terroristas e os apelos por parte de Paquistão, a União Europeia documenta as questões de legalidade quanto à decisão de revogação do artigo 370, como também a suspensão de comunicação seguida após tal decisão, especialmente quanto relatos de agressões contra jornalistas foram divulgados. Fica notado que as relações bilaterais entre Índia e Paquistão foram severamente abaladas, tal relação que a União Europeia demonstra um grande interesse em restaurar.⁶⁷

Operando sobre o contexto e conhecimento dos eventos que antecedem o dilema atual, a União Europeia possui diversos fatores que podem agir tanto no seu melhor interesse como também o da Índia e Paquistão, pois a estabilidade das duas nações asiáticas traduz-se na redução de conflitos internacionais que possam impedir os progressos socioeconómicos que a União Europeia procura estabelecer.

A União Europeia já possui laços com Paquistão, que urge a necessidade de intervenção quanto ao conflito, através do Strategic Engagement Plan (SEP), onde, através da

⁶⁷ Europa.eu “India-administered Kashmir: Current situation” Disponível na internet: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2019/640157/EPRS_ATA\(2019\)640157_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2019/640157/EPRS_ATA(2019)640157_EN.pdf) (consultado em 8/03/20)

sua partilha de interesses e ideais comuns, irão agir em cooperação relativamente a diversos tópicos, incluindo a prevenção, resolução e reconciliação de conflitos.⁶⁸

No que diz respeito à Índia, a União Europeia apresenta-se como o seu maior parceiro comercial, contando com 12,9% da sua atividade comercial, superando a China e os E.U.A. Esta parceria é baseada num ambiente transparente e não-discriminatório, onde ambos protegem os seus investimentos mútuos, com a ambição de alcançarem o potencial máximo do comércio bidirecional.⁶⁹

De facto, a União Europeia encontra-se numa posição adequada para tomar as rédeas de mediador perante o conflito existente, tendo em conta as implicações que o agravamento do conflito territorial em Caxemira e Jammu traz para a estabilidade da união.

As preocupações mais recentes manifestam-se após os eventos da remoção do artigo 370, por parte da Índia. A União Europeia mencionou as suas observações dos eventos que decorriam e apontou para a importância em impedir o agravamento da situação existente como também promover o diálogo entre a Índia e o Paquistão. Ficou também notada a posição da União Europeia quanto ao dilema territorial de Caxemira e Jammu, indicando que cabe aos dois países em questão de alcançarem uma solução de modo pacífico, sendo essa a única hipótese de terminar o conflito de longa data.⁷⁰

Torna-se evidente a abordagem de mediação que a União Europeia toma, concentrando-se em promover o diálogo bilateral que, nos anos recentes, tem sido danificado graças aos mais recentes ataques terroristas e discórdia territorial. Reforçando esta abordagem, a União Europeia, em 2019, entrou em contacto com os Ministros de Negócios Estrangeiros da Índia e do Paquistão, respetivamente, mencionando o seu apoio para uma solução bilateral, de modo que a sua posição no assunto seja clara.⁷¹

⁶⁸ Europa.eu, “EU – Pakistan Strategic Engagement Plan (SEP)” Disponível na internet: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/eu-pakistan_strategic_engagement_plan.pdf (consultado em 09/03/2020).

⁶⁹ Europa.eu, “India” Disponível na internet: <https://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/india/> (consultado em 09/03/2020).

⁷⁰ Europa.eu, “Speech on behalf of the High Representative/Vice-President Federica Mogherini at the European Parliament plenary debate on the situation in Kashmir” Disponível na internet: https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/67477/speech-behalf-high-representativevice-president-federica-mogherini-european-parliament-plenary_en (consultado em 09/03/2020).

⁷¹ Europa.eu, “High Representative Vice-President Federica Mogherini speaks to the Minister of External Affairs of India Subrahmanyam Jaishankar and the Minister for Foreign Affairs of Pakistan Shah Mahmood Qureshi” Disponível na internet: https://eeas.europa.eu/topics/eu-global-strategy/66286/high-representative-vice-president-federica-mogherini-speaks-minister-external-affairs-india_en (consultado em 09/03/2020).

Para além da posição da União Europeia quanto ao conflito territorial em Caxemira e Jammu, o apelo interno, por parte de membros do Parlamento Europeu, também se faz sentir, incentivando a mediação da União Europeia, com uma abordagem política bem ponderada.⁷²

Os apelos e a capacidade da União Europeia paveia o caminho para a sua presença e intervenção nos assuntos bilaterais entre a Índia e o Paquistão, especialmente quanto aos eventos causados pela remoção do artigo 370, visto anteriormente.

Em resposta à situação, o primeiro passo tomado foi a visita de 27 membros do Parlamento Europeu para o território afetado, em Outubro de 2019, de modo que estes pudessem ter um melhor entendimento da situação presente e da diversidade religiosa e cultural da região. Contudo, várias críticas foram colocadas à visita que se mostra não-oficializada pela União Europeia, tanto devido à natureza política nacionalista que muitos dos membros partilham, mas como também, principalmente, devido ao facto de lhes ter sido dada permissão de viajar e observar partes da região que foram restritas a vários membros do Parlamento da Índia.⁷³

Juntamente com estas críticas, é de notar que os membros do Parlamento Europeu votaram em adiar a votação consoante as críticas face aos eventos que sucedem a remoção do artigo 370, essas indicando a discriminação presente em Caxemira e Jammu, como também a repressão de informação na região. O voto de adiamento foi estabelecido tendo em consideração a presença do Primeiro-Ministro da Índia em Bruxelas, numa cimeira bilateral, escolhendo antes votar após a sua visita em consideração dos possíveis desenvolvimentos. A votação, que era suposto decorrer em Janeiro de 2020, foi adiada para finais de Março do mesmo ano, que, ao momento, ainda não se realizou.⁷⁴

Algo também a notar trata-se da lista de prioridades da União Europeia, relativamente a assuntos internacionais, estabelecida em Fevereiro de 2020, onde são destacados os vários assuntos e questões que procuram em intervir, tais como o combate à pena de morte e métodos de tortura que continuam presentes em vários países, e o aumento do seu apoio na promoção e proteção de direitos humanos universais. Algo que não se encontra presente é o destaque da situação atual entre Índia e Paquistão, um tópico que a União Europeia

⁷² EU Today, "Politicians call for EU to mediate solution to crisis in Kashmir" Disponível na internet: <https://eutoday.net/news/human-rights/2019/situation-in-kashmir> (consultado em 10/03/2020).

⁷³ Aljazeera, "Clashes as far-right EU lawmakers on Kashmir 'PR' trip" Disponível na internet: <https://www.aljazeera.com/news/2019/10/eu-lawmakers-visit-kashmir-india-revoked-autonomy-191029112945941.html> (consultado em 10/03/2020).

⁷⁴ Aljazeera, "Why did European Parliament delay a vote on India's CAA, Kashmir?" Disponível na internet: <https://www.aljazeera.com/news/2020/01/european-parliament-delay-vote-india-kaa-kashmir-200131060153083.html> (consultado em 10/03/2020).

demonstrou interesse e que, no próximo mês, irá estabelecer votos face aos eventos recentes. Encontra-se, no entanto, um destaque quanto aos problemas territoriais de outros países, tais como a anexação da Crimeia e os problemas relativos à ocupação de Israel no território da Palestina.⁷⁵

A posição atual da União Europeia, como entidade mediadora, não apresenta o nível de intervencionismo necessário para marcar uma diferença significativa ou positiva. As relações bilaterais da Índia e do Paquistão estão num estado de degradação, onde o receio de uma nova guerra surge com as tensões territoriais e ataques terroristas, pelo qual foi feito o apelo de mediação. Para que a abordagem da União Europeia em reforçar a comunicação bilateral funcione, é necessário manifestar as suas intenções durante as épocas de crise. Atualmente, a imagem que projetaram sobre o assunto não reflete as suas vontades e interesses.

A visita dos membros parlamentares, cuja não foi oficializada, resultou em críticas contra o favorecimento que foi demonstrado, quando era suposto mostrar a preocupação da União Europeia ao testemunhar a situação presencialmente. Causou um sentimento de desconfiança e de desagrado que certamente afeta a perceção da mediação por parte da população e do Governo da Índia, algo que pode pôr em causa o papel da União Europeia quando a aprovação de ambas as nações para a sua presença no conflito territorial é vital, pois já existe demasiado antagonismo e desconfiança entre os dois países, colocando a responsabilidade de mediação a uma entidade que emite uma boa reputação geral.

O nível de envolvimento tem de refletir os esforços da O.N.U durante o implemento de cessar-fogo em períodos de guerra e de refletir as suas preocupações em relação ao aumento das tensões territoriais da Índia e do Paquistão. A União Europeia mostra que entende que os problemas se concentram na segurança territorial, antagonismo ideológico e autossuficiência com os recursos disponíveis, todos estes tópicos que manifestou na sua lista de prioridades para 2020, mas medidas continuam por ser estabelecidas.

A mediação da União Europeia necessita de considerar, em particular, a disputa interna em Caxemira e Jammu em relação à autossuficiência dos recursos disponíveis, uma das maiores motivações por detrás do conflito. A disputa externa, tais como os ataques terroristas que acontecem na Índia por parte de grupos extremistas paquistaneses, colocam problemas complexos no que diz respeito a entidades soberanas hostis, estes que complicam

⁷⁵ Council of the European Union, "Council Conclusions on EU Priorities in UN Human Rights Fora in 2020", 2020, p.12

os problemas internos que merecem uma abordagem cuidadosa em esforços de gerenciamento de conflitos e que devem ser abordados com prioridade antes das disputas externas.

O motivo pelo qual esse dilema merece prioridade sobre o outro vem dos progressos feitos ao longo dos anos nas relações bilaterais que demonstraram que ambos os Governos não têm intenções de prolongar conflitos. Este progresso fica danificado com a presença dos dilemas internos em Caxemira e Jammu.

A União Europeia demonstra uma preocupação razoável, mas o seu papel de mediação necessita de ir além da facilitação de comunicação, algo que a Índia e Paquistão conseguiram ao longo dos anos. Formular estratégias e opções para ambas as nações e mantendo a sua manipulação nos processos de negociações diplomáticas e nas resoluções das mesmas são cargos de grande responsabilidade que a União Europeia teria de aderir. A sua posição não seria vista como demasiada interventora, tendo em conta que as duas nações aceitam a presença de um ator mediador, tal papel que outras entidades internacionais, tais como os E.U.A, manifestaram um interesse com maior iniciativa.

Mediação dos E.U.A

Os E.U.A têm uma presença histórica quanto ao conflito territorial da Índia e Paquistão, prestando auxílio e intervindo em diversas situações, tanto em tempo de guerra como também no que diz respeito ao desenvolvimento de armas nucleares.

Foi analisada a presença da China quanto à disputa territorial de Caxemira e Jammu, tendo uma porção do território, graças à sua parceria com Paquistão, em 1963. Contudo, em 1962, iniciou-se uma guerra territorial entre a China e a Índia, antes da parceria em questão, com o foco na fronteira de Tibete e a ameaça que a Índia apresenta para o território chinês⁷⁶.

É nesta altura que os E.U.A demonstram a sua presença e apoio para com a Índia, que nesta altura lidava com duas disputas territoriais com nações diferentes, ao fornecer 120 milhões de dólares em apoio militar. Aliás, os E.U.A têm fornecido, durante a década de 1960, apoio económico e militar extensivo tanto à Índia como a Paquistão, que se mostram dependentes do suporte oferecido para manter a estabilidade das suas respetivas nações. Um dos motivos por detrás destes apoios vem da preocupação dos E.U.A relativamente ao acesso de apoio militar da Índia e do Paquistão caso seja negado pelos Estados Unidos, pois

⁷⁶ GARVER, John, "China's Decision for War with India in 1962", p. 6

conseguiriam facilmente obter apoio por parte da União Soviética, tal situação que colocava uma grande ameaça para os E.U.A.⁷⁷

Independentemente das suas motivações, a presença americana no conflito do subcontinente asiático, ao longo dos anos onde guerreavam, fornecendo os meios para se sustentarem, coloca os E.U.A como um ator direto para o estado atual das relações entre a Índia e o Paquistão. O seu fator histórico coloca a sua relevância como mediador acima da União Europeia, e a contribuição dos seus esforços para o desenvolvimento dos conflitos coloca um certo nível de responsabilidade quanto ao estado em declínio das relações bilaterais das duas nações.

Os E.U.A têm também uma melhor hipótese em efetuar uma intervenção mais presente como mediadores, algo que se mostra necessário para resolver a questão territorial, isto devido à sua presença relativamente ao tópico de desenvolvimento nuclear na Índia e em Paquistão.

Os E.U.A serviram como mediadores durante uma altura onde o aumento das tensões entre os dois países levou à possível ameaça do uso de armas nucleares. Em 1986, a presença militar das tropas da Índia perto de fronteiras paquistanesas alertaram esta nação para que respondesse de maneira defensiva, colocando esta situação como uma possível guerra por acontecer. Os esforços diplomáticos dos E.U.A tiveram sucesso em neutralizar as tensões existentes, com a preocupação da volatilidade das ações paquistaneses em mente. Os E.U.A acreditam que a sua posse de armas nucleares, por parte de Paquistão, coloca uma possível ameaça para a administração americana.⁷⁸

Portanto, os E.U.A não só têm uma presença histórica pelo seu envolvimento no conflito, mas como também já agiram como mediadores em prevenir o aumento de tensões, com a justificação de colocar ameaças para a sua nação. O possível aumento das tensões atuais, tendo em conta a deterioração das relações bilaterais e a falta de resposta quanto à questão territorial que recentemente foi sujeita à presença de tropas militares da Índia, coloca a mesma ameaça que se sentiu durante os anos 80.

Quanto à possível eficácia da sua mediação no que diz respeito aos assuntos atuais do conflito, observa-se que em 1990, os E.U.A conseguiu diminuir as tensões existentes entre a Índia e o Paquistão ao proclamar que iria deixar de mediar a disputa territorial se estes entrassem em guerra, indicando também que, se a Índia quisesse evitar tal acontecimento,

⁷⁷ C.I.A, "US Military Aid to India and Pakistan", 1965, pp. 1-3

⁷⁸ GHANI, Usman, "Nuclear Weapons In India-Pakistan Crisis", 2012, pp. 137-139

deveria retirar as suas tropas situadas na fronteira da linha de controlo. Os esforços diplomáticos conseguiram prevenir uma possível guerra, ao restaurar o diálogo entre os dois países.⁷⁹

Os E.U.A mostram ter sucesso no processo de negociação diplomática, travando o que poderia vir a ser um novo capítulo nas guerras territoriais entre a Índia e o Paquistão. Apesar de não se tratar de uma solução definitiva, tendo em conta a guerra que sucedeu em 1999, esta abordagem no que diz respeito à mediação é necessária para produzir resultados. Observa-se iniciativa perante a proteção de não só os interesses dos países em conflito, mas como também do ator mediante que possui uma relação histórica com estes mesmos.

Tal iniciativa necessita de estar presente no estado atual da disputa territorial, de modo que se estabeleça como um dilema com prioridade, algo que se mostrou faltar no que diz respeito à posição de mediação da União Europeia.

Quanto ao que se pode dizer em respeito a esta necessidade, observa-se uma recente discussão entre os líderes dos E.U.A, Paquistão e Índia. Em Julho de 2019, os E.U.A apresentaram a sua aprovação em ser mediador do conflito entre os dois países, a pedido da Índia e com consentimento de Paquistão, acreditando na competência da nação americana.⁸⁰

A iniciativa na mediação veio, neste caso, por parte da Índia, a pedido para os E.U.A, tal abordagem que pode soletrar melhores resultados em vez da imposição unilateral americana. Esta situação indica não só um acordo unânime perante a procura de uma solução para o conflito, mas como também a escolha das nações afetadas para a presença de um mediador. O oposto foi notado no caso da União Europeia, onde esta abordou os dois países com as suas próprias expectativas. Tal diferença pode resultar na aceitação da presença de um mediador que intervenha com uma abordagem multilateral, esta que não seria despropositada e invasiva graças à sua presença histórica no conflito, e a recente aprovação dos dois países afetados.

Observando a lista de prioridades que a União Europeia estabeleceu para 2020, entende-se que, apesar de não ter a ligação que os E.U.A têm com Índia e Paquistão, relativamente ao conflito atual, demonstram uma capacidade e entendimento no que diz respeito a mediação de conflitos e outros dilemas internacionais atuais. Para determinar a

⁷⁹ GHANI, Usman, "Nuclear Weapons In India-Pakistan Crisis", 2012, p. 140

⁸⁰ The Hindu, "PM Modi asked me to mediate between India and Pakistan on Kashmir: Trump" Disponível na internet: <https://www.thehindu.com/news/international/trump-offers-to-mediate-between-india-and-pakistan-on-kashmir/article28660299.ece> (Consultado em 14/03/2020).

capacidade dos E.U.A, irá ser visto as abordagens que tomou em respeito a um outro conflito territorial atual, de modo a observar se possui um nível de competência semelhante à União Europeia. De facto, os E.U.A apresentaram, no passado, um nível de competência capaz de dissuadir e prevenir guerras entre os dois países em questão, mas a dinâmica dos esforços diplomáticos, relações bilaterais e a própria natureza do conflito foi sujeita a várias mudanças, pelo qual uma avaliação da sua capacidade em lidar com dilemas mais modernos é necessária para evidenciar a sua eficácia como presença mediadora.

Para se estabelecer uma conclusão, verifica-se as relações atuais entre os E.U.A e a Coreia do Norte, este país que, durante décadas, se encontrava em disputa não só com o rival americano, devido à presença de armas nucleares e a justificação da sua posse e desenvolvimento, mas como também com a Coreia do Sul, por motivos territoriais.

A Coreia do Norte aponta para a sua necessidade de armas nucleares como um método de dissuasão contra um possível ataque por parte dos E.U.A. Contudo, devido ao uso excessivo de testes do seu armamento nuclear, em 2016, várias sanções foram impostas contra a Coreia do Norte, por parte dos E.U.A como também pelas Nações Unidas. Em 2018, uma abordagem mais diplomática foi tomada pela nação americana, esta que colocou ênfase em reuniões de comunicação direta de líder para líder, onde após vários encontros, concordou em trabalhar para a desnuclearização da Península Coreana, simultaneamente com a decisão de abdicar dos testes de armamento que levaram à imposição de sanções. Juntamente com estas decisões, a Coreia do Sul elogia os esforços dos E.U.A em reduzir as tensões existentes.⁸¹

É de se notar a relevância entre as negociações diplomáticas com a Coreia do Norte e a semelhança presente com a disputa entre a Índia e o Paquistão. Ambas situações se concentram no cenário onde duas nações, com um historial de disputas territoriais que somente aumentaram em tensão com a presença de armas nucleares, permanecem em conflito que, através de um processo lento, mostram progresso nas suas relações bilaterais, tendo em conta que a base do problema continua sem solução.

A situação com a Coreia do Norte mostrou grandes progressos com a intervenção dos E.U.A e a sua abordagem diplomática, algo que ainda fica por se demonstrar com o dilema atual da Índia e Paquistão. Contando com a natureza semelhante dos dois conflitos e o contexto do papel de mediador por parte dos E.U.A, que possui o consentimento e aprovação das duas nações, existe um potencial claro para determinar um processo que possa lidar a um fim definitivo à longa disputa territorial do subcontinente asiático.

⁸¹ Federation of American Scientists, "U.S.-North Korea Relations", 2019, pp. 1-2

No entanto, existe um possível obstáculo para tal cenário se poder concretizar, este que se encontra fora da esfera de decisão entre os E.U.A, Paquistão e a Índia, mas com uma presença no conflito territorial.

Visto em capítulos anteriores, a China possui terreno em Caxemira e Jammu, concedido por Paquistão, graças à aliança que formaram. Até à atualidade, Paquistão continua com uma forte dependência da China por apoio financeiro, relativamente a empréstimos. Os E.U.A, com o seu próprio historial de apoio financeiro, afirma que tal seria negado se fosse sujeito ao pagamento de empréstimos, tal situação que aconteceu recentemente em 2018. Contudo, o apoio substancial da China leva à decisão de contínua dependência, acreditando que possa trazer prosperidade para Paquistão.⁸²

O que se deve retirar do obstáculo presente é as relações atuais entre os E.U.A e a China, sujeitas a muita rivalidade económica e divergências a nível de direitos humanos.

Para exemplos de reflexões que mostram tal discordância, observamos um ato estabelecido pelos E.U.A, em Novembro de 2019, denominado “*Hong Kong Human Rights and Democracy Act*”, indicando que a nação americana está determinada em apoiar os protestantes de Hong Kong, estes que apelam para uma reforma democrática, estendendo várias formas de apoio, incluindo aplicação de visas para trabalho ou estudo nos E.U.A.⁸³

A resposta por parte da China torna aparente a divergência existente, condenando as medidas dos E.U.A e respondendo com a imposição de várias sanções contra organizações americanas, indicando que os E.U.A estão a apoiar e auxiliar extremismo separatista.⁸⁴

Para além desta divergência ideológica, a China e os E.U.A encontram-se em disputas económicas, onde, recentemente, a nação americana acusou a China de manipular a taxa de câmbio entre as suas respetivas moedas, com a intenção de garantir uma vantagem no mercado internacional.⁸⁵

Seguida após esta declaração foi a queda acentuada do valor da moeda chinesa, tornando os produtos do seu país mais baratos no mercado internacional. A China respondeu,

⁸² Observer Research Foundation, “Pakistan’s growing reliance on China” Disponível na internet: <https://www.orfonline.org/research/pakistans-growing-reliance-on-china/> (consultado em 16/03/2020).

⁸³ Congress.gov, “Hong Kong Human Rights and Democracy Act of 2019” Disponível na internet: <https://www.congress.gov/bill/116th-congress/senate-bill/1838/text> (consultado em 16/03/2020).

⁸⁴ Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China “Foreign Ministry Spokesperson Hua Chunying's Regular Press Conference on December 2, 2019” Disponível na internet: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/2511_665403/t1720852.shtml (consultado em 16/03/2020).

⁸⁵ U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY, “Treasury Designates China as a Currency Manipulator” Disponível na internet: <https://home.treasury.gov/news/press-releases/sm751> (consultado em 17/03/2020).

criticando a designação imposta pelos E.U.A e apontando para a instabilidade que causou no mercado.⁸⁶

Nota-se que as relações que os E.U.A têm com um ator importante na procura de uma solução contra a disputa territorial entre a Índia e o Paquistão não são as mais adequadas para evitar um possível obstáculo nas negociações diplomáticas.

Juntamente com esta preocupação, é de salientar que nenhum plano ou reunião de mediação foi estabelecido desde Julho de 2019, colocando as expectativas das ações de mediação dos E.U.A somente depositadas nos resultados de mediações do passado e as relações bilaterais presentes.

Observa-se também que, desde a última década, as relações bilaterais com a Índia apresentam uma melhor afinidade do que com Paquistão, cujo é sujeito a desconfiança e redução em apoio não-militar, apesar de reconhecerem que não devem mostrar favorecimento para uma das nações envolvidas, pois pode colocar em causa a sua missão de prevenir guerras entre ambos.⁸⁷

Apesar de se apresentar como um mediador mais favorável que a União Europeia, entendendo o contexto presente, os E.U.A sofrem também de certos problemas relativos à dependência que Paquistão tem com a China. Mostram também um nível de proximidade desproporcional com a sua relação com a Índia, em constante crescimento.

Continua a ser necessário uma entidade mediadora que reconheça a severidade que o aumento de tensões territoriais em Caxemira e Jammu coloca a nível internacional, com uma presença histórica no conflito entre Índia e Paquistão, e que apresente um nível de receção ao seu papel semelhante à aprovação dos E.U.A, com medidas e planos estabelecidos.

Mediação da O.N.U

Ficou visto como a imagem e posição internacional de uma nação consegue influenciar o seu potencial em mediar os dilemas territoriais da Índia e do Paquistão. No que diz respeito a um grupo de diversas nacionalidades e diferentes países, a União Europeia sofre também de certos impasses que afetam as suas capacidades de mediação.

⁸⁶ CNBC, “China responds to US after Treasury designates Beijing a ‘currency manipulator’” Disponível na internet: <https://www.cnbc.com/2019/08/06/trade-war-china-responds-to-us-after-claim-of-being-a-currency-manipulator.html> (consultado em 17/03/2020).

⁸⁷ Federation of American Scientists, “Kashmir: Background, Recent Developments, and U.S. Policy”, 2019, p. 13

Contudo, observando a O.N.U, esta trata-se de uma organização que possui um historial relevante ao desenvolvimento dos problemas territoriais atuais, tal como os E.U.A, e é composta por diversas nacionalidades, como a União Europeia. Estes atributos conseguem, possivelmente, evitar os constrangimentos que afetaram o potencial de mediação das outras entidades mencionadas.

Foi visto anteriormente o empenho da O.N.U para a resolução dos conflitos territoriais entre a Índia e o Paquistão, maioritariamente através da implementação de cessar-fogos. É de se notar que, em 1948, após a guerra de 1947 entre a Índia e o Paquistão, o Conselho de Segurança da O.N.U estabeleceu uma comissão que iria investigar e mediar o dilema recentemente originado com Caxemira e Jammu. Esta comissão viria a ser dissolvida em 1951, mas um dos núcleos continuaria em função, a United Nations Military Observer Group in India and Pakistan (UNMOGIP), constituído por uma equipa de observadores não-militares que continuariam a observar, reportar e investigar quaisquer queixas de violações contra os cessar-fogos implementados. Desde o Acordo de Shimla, em 1972, a Índia começou por optar em deixar de reconhecer o envolvimento de terceiros partidos em assuntos bilaterais com Paquistão envolvendo Caxemira e Jammu, resultando na cessão de envio de queixas para a UNMOGIP, mas as autoridades militares de Paquistão continuariam a usufruir dos serviços prestados e continuaram a apresentar queixas relacionadas com as violações por parte da Índia.⁸⁸

A UNMOGIP opera sobre as zonas de fronteira que separam as regiões controladas pela Índia e o Paquistão, respetivamente, e reporta todos os desenvolvimentos e atividades relevantes ao Secretário-Geral da O.N.U.⁸⁹

Para além deste órgão das Nações Unidas, existe também outro departamento da organização que opera na proteção e promoção de direitos humanos a nível mundial, este que, recentemente, se envolveu com os dilemas territoriais existentes em Caxemira e Jammu. O Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH) foi criado em 1993, e desde a sua criação recebeu várias responsabilidades, tais como prestar apoio ao desenvolvimento de leis internacionais de direitos humanos, fazer recomendações à Assembleia Geral pertinentes ao desenvolvimento do mesmo e realizar avaliações universais

⁸⁸ UNMOGIP, "BACKGROUND" Disponível na internet: <https://unmogip.unmissions.org/background> (consultado em 02/04/2020).

⁸⁹ UNMOGIP, "MISSION" Disponível na internet: <https://unmogip.unmissions.org/mission> (consultado em 02/04/2020).

periódicas do cumprimento das obrigações e comprometimentos dos direitos humanos de cada Estado.⁹⁰

No entanto, o primeiro relatório feito quanto aos dilemas territoriais entre Índia e Paquistão, e os problemas relativos aos direitos humanos que acompanham os conflitos, somente viria recentemente, em 14 de Junho de 2018. Este relatório colocou várias críticas a ambos os países, incluindo o uso de força excessiva por parte das forças de segurança da Índia, situadas nos territórios em questão, indicando que entre Julho de 2016 e Maio de 2018 houve cerca de 145 civis mortos por tais ações, e as restrições por parte de Paquistão quanto ao direito de liberdade de expressão e protestos pacíficos situados nas zonas contestadas. O relatório também propõe que, em resposta aos resultados apresentados, a Índia deve investigar todos os casos de mortes civis por parte das autoridades e forças de segurança desde Julho de 2016, de modo a poder oferecer compensação e reabilitação a todos os indivíduos e famílias afetadas pelas ações das operações de segurança. Abordando também Paquistão, o relatório sugere que o País deverá de deixar de utilizar a sua legislação de antiterrorismo para perseguir manifestantes pacíficos que demonstram dissidência contra as ações do Governo palestino.⁹¹

Com duas divisões a monitorizar e relatar todos os desenvolvimentos e ações por parte da Índia e Paquistão, a O.N.U apresenta, de momento, o seu empenho em resolver o dilema territorial atual, com um nível de envolvimento que, pela natureza da sua organização, não consegue ser superada pela União Europeia e os E.U.A, tendo em contexto as vantagens e desvantagens dessas duas entidades, estas que foram analisadas anteriormente.

Após a apresentação dos relatórios da O.N.U, Paquistão demonstrou a sua avença em relação às violações dos direitos humanos causados pela Índia na Linha de Controlo dos territórios disputados e as propostas colocadas no relatório, mas negou qualquer tipo de equivalência em relação às suas violações, apontando que as ações da Índia são bastante mais severas, e que Paquistão consistentemente apelou à O.N.U, desde 2016, que intervisse contra as ações documentadas no relatório. Paquistão também acredita que a O.N.U tem um papel fundamental em resolver a disputa territorial em Caxemira e Jammu através da promoção de diálogo entre as duas nações.⁹²

⁹⁰ OHCHR, “Who We Are” Disponível na internet:

<https://www.ohchr.org/EN/ABOUTUS/Pages/BriefHistory.aspx> (consultado em 03/04/2020).

⁹¹ OHCHR, “First-ever UN human rights report on Kashmir calls for international inquiry into multiple violations” Disponível na internet: <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23198> (consultado em 02/04/2020).

⁹² Pakistan Mission, “Pakistans reaction to the UN report on human rights violations in Kashmir” Disponível na internet: <http://pakistanmission-un.org/?news=pakistans-reaction-to-the-un-report-on-human-rights-violations-in-kashmir> (consultado em 05/04/2020).

Contudo, a Índia apresentou reações muito adversas consoante o que foi apresentado no relatório da O.N.U. Pousou várias críticas quanto à autenticidade da informação do relatório, como também acusou de ter estabelecido uma falsa narrativa que favorece Paquistão. Índia indica também que tal relatório viola a sua soberania e integridade, pois considera que Paquistão ocupa, ilegalmente e forçadamente, parte do seu território, e que este não deve ser validado pela descrição do relatório, chegando a denunciar a existência de duas entidades territoriais palestinas. As críticas continuam ao indicar que o relatório também ignora os terroristas transfronteiriços de Paquistão que afetam a integridade da Índia, levando à preocupação da existência de preconceitos na instituição das Nações Unidas.⁹³

Um segundo relatório foi apresentado mais recentemente, em Julho de 2019, este que viria a detalhar o cumprimento dos direitos humanos e das medidas colocadas a ambos os países envoltos nas disputas territoriais, desde o período de Maio de 2018, onde o primeiro relatório terminou, até Abril de 2019, indicando que o relatório analisou a Índia e o Paquistão num prazo de aproximadamente 1 ano.

Os resultados apresentados mostram-se geralmente negativos, com o escritório de direitos humanos das Nações Unidas a indicar que as tensões territoriais entre os dois países se encontram muito mais elevadas comparado com o relatório anterior. Foram também registadas, desde 2018 até à altura do segundo relatório, 160 mortes civis, atingindo o maior número de mortes civis em cerca de uma década, onde 71 das mortes foram, alegadamente, por parte das forças de segurança da Índia. Comunicados ou declarações de responsabilidade pelas violações cometidas pelas mesmas forças de segurança indianas continuam inexistentes. Índia continua a não investigar casos de uso de força excessiva ou execuções extrajudiciais, indicando que não existe intenções em aceitar e aplicar as medidas sugeridas por parte da O.N.U, no primeiro relatório, como também em alterar ou reavaliar os métodos de operação e funcionamento das forças de segurança. Em comportamento semelhante encontra-se Paquistão, cujas violações de direitos humanos relativos à liberdade de expressão e de protesto pacífico continuam em efeito sem qualquer medida tomada contra o mesmo. As suas leis de antiterrorismo continuam a ser utilizadas como um instrumento de censura contra ativistas políticos, envolvendo táticas de intimidação e encarceramento. O relatório conclui ao

⁹³ Ministry of External Affairs, Government of India “Official Spokesperson’s response to a question on the Report by the Office of the High Commissioner for Human Rights on “The human rights situation in Kashmir” Disponível na internet: https://mea.gov.in/media-brief-ings.htm?dtl/29978/Official_Spokespersons_response_to_a_question_on_the_Report_by_the_Office_of_the_High_Commissioner_for_Human_Rights_on_The_human_rights_situation_in_K (consultado em 09/04/2020).

reafirmar a falta de progresso quanto aos problemas realçados no primeiro relatório e novamente abordados neste, por parte da Índia e Paquistão, e recomenda as mesmas medidas, juntamente com umas adicionais, em contexto dos novos resultados. O relatório termina também com um apelo ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas para considerarem estabelecer uma comissão que conduza uma investigação internacional independente e compreensiva quanto às alegações de violações de direitos humanos no território disputado em questão.⁹⁴

Para além das recomendações prestadas no primeiro relatório, que foram novamente solicitadas para a Índia e o Paquistão, o segundo relatório apresenta novas sugestões para a aliviação dos problemas que surgem de ambos os países, estas que foram desenvolvidas com o agravamento da situação atual em mente.

Para com a Índia, dentro das novas sugestões declaradas destaca-se o pedido de alteração da lei de segurança pública de Caxemira e Jammu, colocada em efeito em 1978, de modo a que se conforme com as leis internacionais de direitos humanos. Complementando esta recomendação, nota-se também os pedidos da terminação da limitação do movimento dos jornalistas nos territórios disputados e das proibições da distribuição de jornais nos mesmos espaços, como também tratar qualquer indivíduo preso abaixo de 18 anos de modo consistente com a Convenção internacional sobre os direitos da criança. A razão pelo destaque destas novas medidas colocadas para com a Índia vem do seu fator em aumentar a transparência do que sucede dentre dos territórios contestados e a Linha de Controlo, tendo em conta que a Índia continua a afirmar que ambos os relatórios são falaciosos, chegando mesmo a colocar um pedido para que este relatório não seja publicado. A falta de cooperação demonstrada leva também ao incentivo de investigações independentes, visto que não se espera uma por parte da Índia. De modo semelhante, foi sugerido a Paquistão que este abolisse as normas contra atos blasfemos nos seus territórios em Caxemira e Jammu, de modo a facilitar as liberdades religiosas nessas regiões, como também um apelo às autoridades locais e federais das mesmas que alterem as constituições desses territórios de modo a descriminalizar a crença de certas religiões e remover os limites nas liberdades de expressão e opinião.⁹⁵

Verifica-se que estas novas sugestões são recomendadas com as sugeridas no primeiro relatório de 2018 não só pela sua falta de cumprimento, mas como também pelo complemento

⁹⁴ OHCHR, “No steps taken by India or Pakistan to improve human rights situation in Kashmir – UN” Disponível na internet: <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=24799&LangID=E> (consultado em 16/04/2020).

⁹⁵ OHCHR, “Update of the Situation of Human Rights in Indian-Administered Kashmir and Pakistan-Administered Kashmir from May 2018 to April 2019”, 2019, pp. 41-43

que estas novas indicações apresentam para com as antigas. Trata-se de um conjunto de pedidos que visam facilitar as recomendações do primeiro relatório.

A O.N.U possui muitas das vantagens que tanto faltam à União Europeia como também os Estados Unidos, no sentido onde existem planos e métodos de operação através de corpos institucionais com meios e competência, para exercer funções diplomáticas, que agem consoante fatores históricos e resultados analíticos obtidos pela sua dedicação em estabelecer paz entre a Índia e o Paquistão. Mas apesar de possuir o que a muitos outros faltam, ambos os países demonstram uma advertência contra as sugestões progressivas da O.N.U.

Mesmo tendo em conta que as sugestões propostas foram concebidas de modo a resolver os dilemas territoriais de Caxemira e Jammu através de um progresso consistente que visa reduzir as tensões existentes de modo a poder avançar para uma conclusão definitiva do problema existente, tanto a Índia como o Paquistão demonstram diferentes motivos quanto à renúncia dos planos da O.N.U.

No caso da Índia, as suas razões são claramente visíveis na sua contestação dos dois relatórios analisados anteriormente, tendo em conta que não irão aderir a propostas que surgiram através de dados que acreditam não serem legítimos, sendo antes uma ferramenta contra si e ao apoio da sua oposição territorial.

Quanto ao Paquistão, os seus motivos não se demonstram tão claros. Paquistão afirmou que a O.N.U não deveria equivaler as suas ações com as da Índia, indicando que essas são de maior gravidade e importância, e continuou a exercer as mesmas práticas que foram denunciadas no primeiro relatório. O facto de Paquistão pedir auxílio à O.N.U quanto aos dilemas territoriais mostra-se mais como um pedido para responsabilizar a Índia pelas suas ações sem receber o mesmo tipo de tratamento, apesar de compromissos e dedicação de ambos lados ser essencial.

As recomendações prestadas ficam vistas como imposições que somente traz desvantagens ao país que as segue, o que pode levar a prejuízos permanentes se a nação rival tomar ação em períodos de vulnerabilidade. Este é o motivo pelo qual tanto a Índia como o Paquistão colocam um pedido de mediação aos E.U.A, uma entidade que trouxe e continua a trazer vários benefícios para ambos.

É necessária uma entidade que consiga transmitir a dedicação da O.N.U, com uma posição internacional que não possua relações antagónicas com outros países envolventes no dilema internacional e que consiga pavimentar o caminho para a paz entre as duas nações de

modo as que estas não se sintam constrangidas com pedidos que não se sintam confortáveis em seguir devido à sua situação territorial sensível e instável.

4. O potencial de Portugal como mediador

Neste último capítulo irá ser observado o potencial da capacidade e competência que Portugal possui, atualmente, como possível mediador para o conflito territorial entre a Índia e o Paquistão.

Irão ser analisados vários fatores que este País possui em contexto com o que foi analisado nos capítulos anteriores. Tais fatores que se mostram relevantes ao historial das relações antagónicas, à situação presente, e às diversas abordagens a tomar para a resolução do conflito.

Tendo visto a multitude de métodos que várias outras entidades colocaram, ou procuravam colocar, em efeito, irá ser retirado os resultados e expectativas desses esquemas e estabelecer um conjunto de processos que possam, teoricamente, levar a resultados mais determinantes em apaziguar as tensões existentes de modo a pavimentar o caminho para uma paz duradoura entre as duas nações em questão através da solução do dilema territorial.

Também será visto as várias circunstâncias que leva à possibilidade teórica onde Portugal, atualmente, conseguirá exercer as funções de um mediador ideal para esta situação, possuindo um conjunto de oportunidades e posição político-social internacional desejáveis, com base no que foi analisado no capítulo anterior consoante outras entidades.

Tirando novamente dos capítulos anteriores, foi possível identificar os planos e métodos de execução ideias para resolver o conflito territorial entre a Índia e o Paquistão, como também se averiguou que aplicar tal processo envolve uma mediação que possui várias condições e obstáculos, tais dilemas que afetam a competência de países e organizações que demonstram o seu empenho. Existe também a possibilidade de, mesmo que esses impasses fossem superados, novos problemas que afetem o progresso estabelecido poderão surgir.

É deste modo que se observa o potencial de Portugal e as suas características, não só como entidade mediadora, mas como também uma entidade que consiga preservar quaisquer progressos de paz estabelecidos, tendo em conta os fatores desestabilizadores existentes que afetaram a capacidade de mediação de outros.

Relações entre Portugal e a Índia

Portugal tem uma posição histórica única com a Índia, um fator que se trata de uma oportunidade essencial para o seu estabelecimento como mediador, observando os capítulos anteriores e notando a importância de cultura e história em relação ao conflito atual.

Foi Portugal que, em 1498, com os esforços de Vasco da Gama e a sua tripulação, descobriu a rota marítima para a Índia. A recepção dos portugueses foi violenta, esta que levou à retaliação que viria a subjugar os habitantes.⁹⁶

A sua presença no subcontinente não viria a ser incontestada durante muito tempo, isto graças aos conflitos entre Portugal e a Holanda, estes que reduziram a riqueza do império português no Oriente a valores substancialmente menores. Efetivamente, a presença de Portugal na Índia tornou-se severamente mais modesta em 1669, quando se estabeleceu paz definitiva com a Holanda.⁹⁷

A influência de Portugal com a Índia viria a continuar até à atualidade, onde as relações atuais mostram-se afáveis e amigáveis, ausente de conflitos e controvérsias relacionadas com o passado entre ambas as nações. A cooperação mútua destes países em preservar as suas relações mostra-se aparente com os esforços prestados em elevar e apoiar ambas as nações.

De modo a entender o comprometimento relacional de Portugal com a Índia como fator determinante no seu potencial como mediador, observa-se a recente visita de Marcelo Rebelo de Sousa, atual Presidente da República de Portugal, a Goa, a antiga capital do antigo império português na Índia e o primeiro território a ser conquistado por Portugal em 1510. Esta que continuou a ser colonizada por Portugal até 1961.⁹⁸

Apesar da importância salientada em questão às relações históricas, e como estas desempenham um papel na escolha de um mediador adequado, Marcelo Rebelo de Sousa, durante a sua visita a Goa em Fevereiro de 2020, salienta também a manifestação de orgulho no cruzamento entre as culturas de Portugal e Índia sem a necessidade de nostalgia. O

⁹⁶ History, "Vasco da Gama reaches India" Disponível na internet: <https://www.history.com/this-day-in-history/vasco-da-gama-reaches-india> (consultado em 28/07/2020).

⁹⁷ MURTEIRA, André, "A guerra naval luso-neerlandesa na Ásia no século xvii e a revolução militar", 2019, p. 59

⁹⁸ Encyclopædia Britannica, "Battle of Goa Portuguese history [1510]" Disponível na internet: <https://www.britannica.com/topic/Portuguese-Conquest-of-Goa> (consultado em 28/07/2020).

Presidente da República foca a importância das relações existentes e o que se pode traduzir para o futuro com a cooperação e influência mútua.⁹⁹

Esta perspetiva, por parte do Presidente da República de Portugal, estabelece a relevância que o desenvolvimento das relações com a Índia possui atualmente, não se tratando de somente laços históricos. Aponta-se para algo além de nostalgia, um futuro baseado no que Portugal e a Índia conseguem alcançar, tal sentimento que fica reforçado com base numa entrevista com Marcelo Rebelo de Sousa antes da sua chegada em Goa.

O Presidente português declarou, numa entrevista com a Times of India, que as relações entre a Índia e a União Europeia será um tópico de importância significativa, isto quando Portugal assumir a presidência da união no primeiro semestre de 2021. Chegou também a indicar que um dos objetivos dos negócios estrangeiros de Portugal, atualmente, trata-se do estabelecimento de relações mais modernas com a Índia, estas que facilitem a coexistência em harmonia e entendimento mútuo, juntamente com uma relação económica bilateral, esta devido ao aparente aumento no interesse mútuo entre companhias portuguesas e indianas e as oportunidades em exportação. Tornou-se também aparente os esforços contínuos de Portugal em fortalecer os laços entre a União Europeia e a Índia, onde Marcelo Rebelo de Sousa aponta para a primeira cimeira entre as duas entidades internacionais, em 2000, quando Portugal assumia a presidência da união. Tais esforços que o Presidente da República diz que resultará, entre outros benefícios, numa relação baseada em valores democráticos partilhados, respeito pelos direitos humanos e desenvolvimento sustentável.¹⁰⁰

Fica evidente o comprometimento atual de Portugal em investir no desenvolvimento das suas relações com a Índia, apresentando os vários fatores que podem levar ao benefício mútuo.

Com uma relação mais aprofundada, estabelecida com laços formados desde o passado até ao presente e com expectativas para o futuro, o envolvimento português em assuntos de grande relevância e importância nacional para com a Índia será provável. Esta posição irá ser essencial para abordar uma resolução para o conflito territorial com Paquistão, um dilema que

⁹⁹ Sábado, "Marcelo elogia singularidade de Goa "sem nostalgia" e "sem complexos" Disponível na internet: <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/-marcelo-elogia-singularidade-de-go-a-sem-nostalgia-e-sem-complexos> (consultado em 29/07/2020).

¹⁰⁰ Times of India, "When Portugal takes over Presidency of EU in 2021, EU-India relations will feature high on the agenda" Disponível na internet: <https://timesofindia.indiatimes.com/blogs/Globespotting/when-portugal-takes-over-presidency-of-eu-in-2021-eu-india-relations-will-feature-high-on-the-agenda/> (consultado em 29/07/2020).

afeta o desenvolvimento económico da Índia, este que terá uma associação maior com a economia portuguesa à medida que as relações bilaterais sejam reforçadas.

O conflito territorial gera também obstáculos para os planos em fortalecer os laços entre a União Europeia e a Índia, tendo em conta os atos violentos que ocorrem na linha de controlo de Caxemira e Jammu. Visto que se procura estabelecer uma relação com base em respeito pelos direitos humanos, entre outros aspetos, uma resolução para os conflitos territoriais tem de ser abordada e planeada com a assistência de Portugal, este que se coloca, de momento, como um dos maiores aliados para a Índia e como uma figura exemplar de mediação.

Foi analisado, em capítulos anteriores, a importância dos territórios contestados para Paquistão e Índia, para além das suas características culturais e religiosas, em como os glaciares e rios que surgem de Caxemira e Jammu são uma fonte essencial para o desenvolvimento da agricultura e energia hidroelétrica. É de notar que, apesar da importância colocada para estes territórios, ao ponto de gerar conflitos de longa duração, os dois atores principais desta disputa situam-se em diferentes posições económicas, com a Índia a demonstrar um PIB substancialmente maior que Paquistão.¹⁰¹

De modo a Portugal alcançar os seus objetivos com a Índia, uma abordagem semelhante tem de ser tomada com Paquistão, um país com uma economia mais frágil e dependente de recursos, pois o conflito territorial não consegue ser mediado unilateralmente.

Relações entre Portugal e Paquistão

Em termos de relevância histórica, como a que foi vista com a Índia, Portugal e Paquistão não possuem um grande passado histórico relevante, tendo em conta que Paquistão foi estabelecido como uma entidade separada da Índia em 1947, com os eventos da partição.

Foram analisados os diversos motivos pelo qual Paquistão continua a confrontar a Índia pelo legítimo controlo dos territórios disputados, chegando a recorrer à formação de uma parceria mutuamente benéfica com a China. Paquistão reconhece que, somente por sua conta, não consegue rivalizar a Índia em termos de força militar, esta realidade que se apresenta nos resultados das guerras motivadas pelo controlo de Caxemira e Jammu. Com uma necessidade constante de recursos para estabilizar a sua economia e uma posição

¹⁰¹ C.I.A., "COUNTRY COMPARISON :: GDP (PURCHASING POWER PARITY)" Disponível na internet: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2001rank.html> (consultado em 30/07/2020).

vulnerável numa disputa territorial, o estado atual de Paquistão em si é um dos motivos pela prolongação dos conflitos.

Paquistão precisa de uma nação capaz de apoiar o seu desenvolvimento de modo que seja possível diminuir as tensões existentes com a Índia, pelo qual Portugal se mostra capaz para alcançar este objetivo e para se estabelecer como um mediador adequado na perspetiva paquistanesa.

As relações atuais entre Portugal e Paquistão, de modo semelhante com a Índia, mostram-se cordiais e amigáveis, com intenções de se desenvolver em algo maior.

Em Dezembro de 2015, o Vice-Presidente da Assembleia Nacional de Paquistão reconhece o valor no investimento das relações com Portugal e os seus benefícios. Os objetivos apresentados para fortalecer as relações entre as duas nações mostram-se semelhantes, em certos aspetos, com os que foram colocados entre a Índia e Portugal, visto anteriormente, tais como o investimento no potencial existente em negócios bilaterais, promovendo as relações económicas entre ambas as nações, juntamente também com o aumento de intercâmbio cultural.¹⁰²

Graças a estas semelhanças, a confiança demonstrada com os planos do aprofundamento das relações entre Portugal e Índia podem, em teoria, ser igualmente eficazes e possíveis de executar com Paquistão.

Outro aspeto a notar é o facto de tais planos, tanto com Índia como também com Paquistão, estarem em discussão atual com Portugal. Isto demonstra não só um interesse mútuo com ambos os países em conflito, algo essencial para mediação, como também uma oportunidade única. Este melhoramento das relações bilaterais com Portugal poderá se traduzir na cooperação entre as respetivas nações rivais, estas que procuram o mesmo objetivo e que se encontram a cooperar com uma entidade em comum, uma situação que se viu em semelhança com os E.U.A.

De facto, o aprofundamento das relações entre Portugal e Paquistão continuou a progredir após 2015 até à atualidade, visto que, em 2017, tornou-se evidente o aumento rápido e substancial de exportações entre os dois países, isto graças ao reconhecimento do potencial evidenciado em 2015. Também ficou evidente o potencial para além dos negócios de exportação, apontando as atenções para o desenvolvimento de meios de energia renovável no

¹⁰² National Assembly of Pakistan, “NA Deputy Speaker Stresses Need For Regular Interaction Between The Parliamentarians Of Pakistan And Portugal” Disponível na internet: https://web.archive.org/web/20170226052327/http://www.na.gov.pk/en/pressrelease_detail.php?id=1672 (consultado em 05/08/2020).

território paquistanês, em particular com a energia solar e eólica. Tais negócios também só foram possíveis graças à ausência de problemas ou tópicos sensíveis entre ambos. Contudo, devido ao aprofundamento desta relação, no futuro, o tópico do conflito territorial com a Índia terá de ser abordado, não só devido ao potencial de Portugal como mediador, mas como também ao contínuo desenvolvimento das relações comerciais e como o conflito as pode afetar.¹⁰³

Visto que esta relação procura estabelecer investimentos em energias renováveis que irão depender do território paquistanês, o tópico do conflito territorial com a Índia será inevitável durante o progresso das relações comerciais com Portugal e, por consequência, a prosperidade da economia de Paquistão. De tal modo, Portugal coloca a sua posição como parceiro económico adjacente à sua capacidade como mediador.

Desde 2017 até ao presente, as exportações de Paquistão para Portugal mostram-se substancialmente mais lucrativas, comparando com os anos anteriores onde o potencial da relação bilateral estava ainda a ser descoberta.¹⁰⁴

Isto aponta não só para o sucesso inicial dos objetivos colocados entre as duas nações, mas como também para uma indicação de uma relação prolongada, algo que se trata de um fator determinante para abordar os dilemas de Paquistão, no futuro.

Mas esta relação bilateral não se cimenta somente nos lucros comerciais. Foi reconhecida também, em Dezembro de 2015, pelo Vice-Presidente da Assembleia Nacional de Paquistão, a importância do aumento do intercâmbio cultural.

Tendo em conta o antagonismo cultural presente entre Índia e Paquistão, os esforços de Portugal em aprofundar os laços culturais com Paquistão, do mesmo modo que fez com a Índia, visto anteriormente, são essenciais de modo a conseguir transmitir o sentimento de união que alcançou com as duas nações rivais para com elas mesmas.

Em Novembro de 2018, o Instituto Camões para Cooperação e Língua assinou um protocolo de cooperação com a Universidade de Punjab, demonstrando o comprometimento entre ambos os países para o futuro da sua relação.¹⁰⁵

¹⁰³ Daily Times, “Portugal-Pakistan ties are on the fast track” Disponível na internet: <https://dailytimes.com.pk/18169/portugal-pakistan-ties-are-on-the-fast-track/> (consultado em 06/08/2020).

¹⁰⁴ Trading Economics, “Pakistan exports to Portugal” Disponível na internet: <https://tradingeconomics.com/pakistan/exports/portugal> (consultado em 13/08/2020).

¹⁰⁵ Embaixada de Portugal no Paquistão, “Assinatura de um Protocolo entre o Instituto Camões (CICL) e a Universidade do Punjab” Disponível na internet: <https://islamabad.embaxadaportugal.mne.gov.pt/pt/a-embaxada/noticias/assinatura-de-um-protocolo-entre-o-instituto-cam%C3%B5es-cicl-e-a-universidade-do-punjab> (consultado em 13/08/2020).

Recentemente, em Outubro de 2019, Portugal e Paquistão continuam a procurar e descobrir novos meios de fortalecer a sua relação, tomando uma atenção especial para os benefícios de exportação de serviços, para além de produto, e cooperação bilateral em tecnologia e maquinaria, como também a troca de experiência e perícias de diferentes setores, tais como o turismo e educação.¹⁰⁶

Deste modo, podemos ver um nível de comprometimento semelhante ao de Portugal com a Índia e Paquistão, onde os respetivos objetivos encontram-se num estado de desenvolvimento atual e com expectativas para o futuro baseadas nos resultados presentes.

O impacto e relevância da China

A presença da China no conflito territorial entre a Índia e o Paquistão é um fator que não pode ser ignorado na exploração do potencial de Portugal como mediador.

Enquanto que Paquistão formou a sua aliança com a China de modo a conseguir rivalizar a Índia, as motivações da nação aliada seriam mais complexas. Os interesses aparentes da China, em questão ao conflito territorial, sugerem a preservação dos seus interesses nacionais, acima de tudo, mas alcançar este objetivo, no clima instável presente em Caxemira e Jammu, pode ser complicado. Por um lado, o conflito com Paquistão poderá enfraquecer o desenvolvimento económico da Índia, tal nação que poderia, no futuro, rivalizar a China como o país mais rico e com maior potência militar no continente asiático, mas permitindo e capacitando a continuação do conflito, como aliado de Paquistão, a China toma o risco de se sujeitar a certos cenários pouco favoráveis, tais como os resultados de uma guerra nuclear que certamente afetaria o seu próprio desenvolvimento económico, ou a perda das relações económicas e comerciais com Índia e os E.U.A, devido ao apoio aparente da China em prolongar o conflito com a sua aliança com Paquistão. Caso a China tome a decisão de deixar de apoiar Paquistão, o risco da Índia prevalecer nas disputas territoriais, graças às suas vantagens e historial de vitórias sobre Paquistão, torna-se bastante provável, arriscando os benefícios da China com a sua aliança, juntamente com a sua posição dominante no continente asiático. De facto, a melhor abordagem para a China trata-se do contínuo apoio para Paquistão, ao mesmo tempo apelando para a repressão de conflitos em ambos os lados.

¹⁰⁶ The Dayspring, "Portugal wants enhanced cooperation with Pakistan" Disponível na internet: <https://www.thedayspring.com.pk/portugal-wants-enhanced-cooperation-with-pakistan/> (consultado em 13/08/2020).

Deste modo, é possível continuar a rivalidade geopolítica, esta que resulta em apoio por parte de nações e instituições internacionais para com Paquistão, que se encontra no lado mais desfavorecido do conflito territorial, de modo a conseguir contestar os avanços da Índia em Caxemira e Jammu.¹⁰⁷

Trata-se, de facto, da perspetiva mais favorável para a China, mas este cenário poderá ser alcançado com a finalização do conflito territorial através das vantagens que Portugal dispõe.

Através do sucesso que pode resultar, no futuro, das relações bilaterais entre Portugal com a Índia e o Paquistão, o desenvolvimento económico destas três nações certamente irá beneficiar a China, tendo em conta que esta possui laços comerciais com todos os envolventes.

O aumento da prosperidade de Paquistão certamente irá reduzir o nível de dependência que tem com a China, reduzindo o nível de custo que a China dispõe para o melhoramento dos seus negócios bilaterais. Atualmente, a China investe mais de 60 biliões de dólares num projeto de longo prazo que visa a construção de meios de transporte, acesso e infraestruturas entre as duas nações aliadas, de modo a facilitar o seu comércio, como também a partilha de culturas e indivíduos.¹⁰⁸

Enquanto que tais medidas certamente irão favorecer a economia frágil de Paquistão, existem certos riscos que merecem ser observados. Ao receber este investimento, Paquistão fica sujeito a custos excessivos de pagamento de dívidas, estas que se encontram sobre investigação de estarem inflacionadas quando certos projetos continuam a ser pagos durante meses após a sua conclusão. Dado o estado da sua economia atual, Paquistão fica dependente de pedidos de resgate e assistência internacional para resolver tais dívidas, algo que a nação em questão recorreu várias vezes no passado, tornando cada novo pedido cada vez menos realista, especialmente quando casos de corrupção do uso de dinheiro de resgate foram sujeitos a acusações de serem usados em despesas militares, em vez do tratamento das suas dívidas.¹⁰⁹

Por estas razões, observa-se as vantagens que Portugal traz com o melhoramento das suas relações bilaterais com Paquistão. Ao fortalecer a sua economia, não só a China evita altos custos de investimentos de modo a conseguir operar melhor com uma nação

¹⁰⁷ MALIK, Mohan, "The China Factor in the India-Pakistan Conflict", 2002, pp. 7-8

¹⁰⁸ CHOCHAN, Usman, "What is One Belt One Road? A Surplus Recycling Mechanism Approach", 2017, pp. 1-2

¹⁰⁹ The Diplomat, "Pakistan Discovers the High Cost of Chinese Investment" Disponível na internet: <https://thediplomat.com/2020/05/pakistan-discovers-the-high-cost-of-chinese-investment/> (consultado em 15/09/2020).

empobrecida, mas como também Paquistão fica uma nação mais apta para pagar as suas dívidas com a China, estejam estas sobre investigação ou não, tornando a relação entre ambos mais lucrativa e acessível.

De modo a garantir que a China não se coloque como um obstáculo ao potencial de Portugal como mediador para o conflito territorial entre Paquistão e a Índia, independentemente se a resolução do conflito funcionar a seu favor ou não, é necessária uma relação bilateral estabelecida antes de qualquer desenvolvimento, de modo que se reconheça que a nação mediadora se trata de um aliado com laços amigáveis e planos para o futuro.

Portugal e China partilham uma relação histórica, particularmente com uma região em específico, Macau, em semelhança do mesmo modo que Portugal e Índia possuem laços históricos com um foco numa zona específica. Outra semelhança a notar é a abordagem de Portugal com os fatores nostálgicos desta relação. Do mesmo modo em que o Presidente da República de Portugal menciona o quanto dispensável são os fatores históricos com Goa para o sucesso da relação bilateral com a Índia, o Embaixador de Portugal em Pequim, José Duarte, apresenta o mesmo sentimento, indicando que existe muito mais entre as duas nações do que somente o contexto histórico com Macau. Esta afirmação é sustentada pelos atuais desenvolvimentos nas relações bilaterais entre as duas nações, onde se procura mitigar as dificuldades nas exportações portuguesas para a China, estas que surgem devido às barreiras alfandegárias atuais, tendo em conta, no entanto, que no primeiro trimestre de 2020, o peso das exportações de bens agroalimentares provenientes de Portugal, para a China, aumentou 255% em comparação com 2019.¹¹⁰

Deste modo, podemos observar relações favoráveis com a China, apontando que as decisões de Portugal para o desenvolvimento das suas relações bilaterais com a Índia e o Paquistão se traduzem no benefício eventual da China, tendo em conta que todas estas nações se mostram valorizadas de forma semelhante por Portugal, ao analisar as semelhanças dos objetivos e planos propostos para o melhoramento das suas relações.

Medidas de Portugal para mediação

Foi possível analisar as relações atuais que Portugal tem com os principais atores do conflito territorial em Caxemira e Jammu, estas que apontam para uma posição de mediação

¹¹⁰ Ponto Final Macau, “Relação bilateral de Portugal com a China vai para além de Macau, diz José Augusto Duarte” Disponível na internet: <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2020/08/03/relacao-bilateral-de-portugal-com-a-china-vai-para-alem-de-macau-diz-jose-augusto-duarte/> (consultado em 25/09/2020).

bastante favorável. Contudo, é necessário determinar o processo que poderá resultar no fim do conflito entre a Índia e o Paquistão, este que tem de ser estabelecido com as tentativas prévias executadas por outras entidades internacionais em mente.

O sucesso de Portugal, como possível mediador, depende de como seria capaz de usar todas as vantagens descritas anteriormente de forma eficaz e progressiva, de modo a construir o caminho para a transição de paz territorial nas zonas disputadas ao abordar todos os motivos que tornam Caxemira e Jammu tão importantes e necessários para a Índia e o Paquistão.

Foi visto, anteriormente, que a fragilidade da economia paquistanesa trata-se de um fator decisivo, visto que leva à dependência dos recursos dos territórios disputados e de auxílio internacional. Os E.U.A, com o seu historial relativo ao apoio financeiro que forneceu a Paquistão durante vários anos, mostrou como tal decisão fica sujeita a fracasso em longo prazo, tratando-se de uma solução temporária que não procura resolver os dilemas relativos à pobreza de Paquistão, resultando antes em controvérsias derivadas do uso incorreto do apoio financeiro e aumentando o nível de dependência existente, este problema que fomenta a disputa territorial.

Com isto em mente, observam-se as medidas possíveis que Portugal consegue executar para alcançar uma alternativa mais adequada.

Foi observado o interesse no investimento do desenvolvimento de meios de energia renovável em Paquistão. Em termos de autossustentação e redução de dependência de fontes exteriores de energia, trata-se de um investimento bastante favorável.

De acordo com a Agência Internacional de Energia, a fonte de energia primária de Paquistão concentra-se em petróleo e gás natural, onde somente a energia hidráulica conta como uma fonte de energia renovável relevante. Observa-se também que mais de 40 milhões entre cerca de 212 milhões de habitantes em Paquistão não têm acesso a eletricidade.¹¹¹

Dentro das maiores importações de Paquistão, petróleo e outras fontes de combustível e energia não renovável continuam a ser uma despesa significativa. Contudo, observa-se um declínio significativo, entre 2018 e 2019, na importação de petróleo e o carvão, por parte de Paquistão, tais importações que diminuíram cerca de 84% e 51%, respetivamente, enquanto que a importação de produtos eletrónicos e maquinarias de produção de eletricidade e de

¹¹¹ IEA, "Pakistan" Disponível na internet: <https://www.iea.org/countries/pakistan> (consultado em 03/10/2020).

energia renovável têm apresentado um ligeiro aumento, onde a importação de díodos e semicondutores de energia solar aumentaram 3,1%.¹¹²

Os meios não renováveis continuam a ser a fonte maioritária de energia em Paquistão, mas as reduções na importação de tais produtos associados, juntamente com o aumento na compra e aquisição de produtos eletrónicos relacionados com energia renovável, soletram uma oportunidade valiosa para Portugal, que, atualmente, demonstra interesse em investir na produção de meios de energia renovável em Paquistão.

Portugal em si trata-se de um país que reconhece as vantagens e o potencial do investimento nas energias renováveis, visto que, em 2019, 51% da sua energia utilizada veio de fontes renováveis. Algo também a notar trata-se do facto de que 26% desses 51% foram provenientes de energia eólica.¹¹³

A importância em salientar a competência de Portugal consoante o seu uso de energia eólica trata-se do aparente potencial que esta fonte de energia renovável traz para Paquistão e os motivos pelo qual merece prioridade no futuro investimento desta relação bilateral.

De acordo com uma entrevista feita, em Agosto de 2020, com um assistente de pesquisa para a International Institute of Green Finance e académico da Green Belt and Road Initiative Center, Ruichen Hong, existe um enorme potencial no investimento da energia eólica em certas regiões de Paquistão. Somente em Sindh, uma das províncias paquistanesas, existe grandes reservas de energia, esta que cobre cerca de 9,700 quilómetros quadrados com ventos estáveis, estes que têm o potencial de gerarem cerca de 11,000 megawatts. Isto indica que, com o desenvolvimento adequado, o investimento em Sindh poderá corresponder entre 5% a 10% da procura de energia nacional. Tal desenvolvimento trata-se de uma das prioridades estabelecidas entre a relação de China e Paquistão.¹¹⁴

Melhorias significativas como estas, que fornecem melhores condições de vida e fortalecem a economia paquistanesa, são ideais para o desenvolvimento de um Paquistão mais independente, ao mesmo tempo continuando a sua relação com a China, mas com menos contraste nos níveis de riqueza entre as duas nações, de modo que Paquistão consiga, de melhor modo, liquidar as suas dívidas.

¹¹² World's Top Exports, "Pakistan's Top 10 Imports" Disponível na internet: <http://www.worldstopexports.com/pakistans-top-10-imports/> (consultado em 07/10/2020).

¹¹³ REN, "Sustentabilidade 2019", 2020, p.12

¹¹⁴ REVE, "Sindh province in Pakistan is rich in wind energy reserves" Disponível na internet: <https://www.evwind.es/2020/08/17/sindh-province-in-pakistan-is-rich-in-wind-energy-reserves/76594> (consultado em 10/10/2020).

Trata-se também de uma área onde Portugal consegue fornecer apoio, agindo diretamente no processo de estabilização da economia paquistanesa, de modo a diminuir a vulnerabilidade e sentimento de dependência que Paquistão tem perante os territórios disputados, para que as negociações diplomáticas se tornem mais eficazes e com uma abordagem de longo prazo.

Tais medidas são recomendadas tendo em mente os erros e obstáculos de outras entidades internacionais e o seu potencial para mediação do conflito entre Índia e Paquistão. De modo a conseguir alcançar negociações diplomáticas que resultem numa paz duradoura, existem dilemas inerentes que precisam ser lidados antecipadamente.

Para além de lidar com os problemas de dependência económica de Paquistão, Portugal intensifica a sua imagem como aliado de Paquistão, transmitindo um nível de confiança essencial para que o seu processo de resolução de conflito seja bem-recebido.

No entanto, o estado económico de Paquistão não se trata de o único fator decisivo para negociações diplomáticas e mediação portuguesa. A presença da Índia na disputa territorial, e as evidências de relutância que demonstrou várias vezes contra as medidas e sugestões de outras entidades internacionais, apresenta um obstáculo que Portugal tem a possibilidade de contornar.

Foi visto anteriormente que, durante a sua presidência na União Europeia, Portugal organizou a primeira cimeira entre a Índia e a União Europeia, no ano 2000. Nesta cimeira foram abordados vários tópicos relacionados com os valores comuns partilhados, o melhoramento das relações internacionais, a promoção de paz e estabilidade e o combate ao terrorismo, entre outros.¹¹⁵

Tais tópicos continuam a ser relevantes atualmente, e foram consistentemente abordados em todas as outras cimeiras que se sucederam após a primeira. Na última cimeira, realizada em Julho deste ano, a diferença essencial dos tópicos abordados entre a União Europeia e a Índia, comparada com a primeira cimeira, trata-se dos avanços das parcerias estratégicas e bilaterais. Tópicos como o combate ao terrorismo e a resolução de perturbações regionais continuam a ser um dos maiores problemas discutidos com a Índia. Dito isto, nota-

¹¹⁵ European Commission, "EU-INDIA SUMMIT Lisbon, 28 June 2000 JOINT DECLARATION" Disponível na internet: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/PRES_00_229 (consultado em 10/10/2020).

se a ausência específica de Paquistão e os conflitos regionais em Caxemira e Jammu, um dos maiores e mais longos dilemas que a Índia enfrenta.¹¹⁶

É com esta oportunidade que Portugal, durante a sua presidência na União Europeia que começa em 2021, deve recorrer às tais cimeiras anuais para promover as relações bilaterais entre Paquistão e a Índia. O aproveitamento desta oportunidade encontra-se numa altura desejável, tendo em conta que as relações atuais de Portugal com a Índia e Paquistão estão bastante afáveis.

A presença notável de representantes paquistaneses e de tópicos inerentemente associados especificamente com Paquistão, durante as cimeiras entre a Índia e a União Europeia, oferece uma ocasião imprescindível para a colaboração e cooperação entre ambos, sob o apoio e aconselhamento de um País e uma união que têm demonstrado o seu respetivo auxílio. De tal modo, é essencial que, durante tais cimeiras, os tópicos abordados em relação a parcerias estratégicas devem incluir planos de interajuda entre Índia e Paquistão, de modo a nutrir o nível de cooperação desejado, este que demonstre fortes indícios de desenvolvimento mútuo através das suas colaborações, de modo que o progresso da relação bilateral seja observável na cimeira seguinte. Desta maneira, cada novo progresso estabelecido por parte da Índia e do Paquistão seria proveniente do apoio fornecido pela respetiva nação, criando assim novos indícios de confiança entre ambos que, idealmente, consigam diluir os sentimentos de antagonismo e vulnerabilidade presentes nos conflitos territoriais.

Enquanto que a abordagem de ligar a prosperidade de um País através da cooperação de outro mostre a possibilidade de facilitar o processo de negociação diplomática no futuro, tendo em conta os fatores existentes, a posição de Portugal, como possível mediador, iria envolver a vigilância das medidas e objetivos colocados em cada cimeira, oferecendo o apoio e aconselhamento necessário, durante o seu tempo na presidência da União Europeia. O motivo por detrás desta vigilância trata-se da possibilidade de momentos de inércia ou incapacidade por parte de Paquistão ou Índia durante esta etapa, algo que poderia resultar no efeito adverso do que o desejado.

Estes objetivos servem para a facilitação do processo da negociação diplomática entre Índia e Paquistão, tendo em conta que as abordagens das outras entidades nacionais não estavam necessariamente incorretas, mas não procuravam resoluções para os problemas e obstáculos que interferiam nos seus respetivos processos. De acordo com o historial dos

¹¹⁶ European Council, "Joint Statement - 15th EU-India Summit, 15 July 2020" Disponível na internet: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2020/07/15/joint-statement-15th-eu-india-summit-15-july-2020/#> (consultado em 16/10/2020).

conflitos territoriais em Caxemira e Jammu e a situação presente das relações entre as duas nações rivais analisadas, estes investimentos de longo prazo são necessários para aperfeiçoar a resolução desta disputa.

Com o enriquecimento do território paquistanês, fora da sua parceria com a China, através de novas relações comerciais bilaterais, a divisão e repartição dos territórios disputados e o seu acesso consegue ser estipulado de modo mais sensato, correspondendo às necessidades de Paquistão na altura das negociações e as suas projeções para o futuro, de modo a evitar reacender o conflito. O mesmo se aplica para a Índia, mas num grau inferior, tendo em conta as comparações colocadas ao longo das análises feitas. De tal modo, para evitar as contestações da Índia relativas à imparcialidade das decisões colocadas e os possíveis riscos que traz para a sua economia, o desenvolvimento das novas relações comerciais bilaterais necessita de ter alcançado resultados suficientemente satisfatórios, antes do início deste processo.

Dado o nível de cautela que estas medidas colocam para o início de negociações diplomáticas, evitando os erros que outras entidades internacionais cometeram, é de se esperar uma abordagem de longo prazo à resolução e mediação do conflito. As análises necessárias para averiguar o desenvolvimento das relações bilaterais e estado económico da Índia e Paquistão estão sujeitas a um processo anual, tendo em conta o potencial analisado das cimeiras anuais. Portanto, todos os riscos de uma abordagem de longo prazo terão a possibilidade de ocorrer.

A cautela e vigilância proposta para uma mediação portuguesa não consegue evitar ou prever detrimentos que ameaçam a sua competência. O perigo mais significativo, neste cenário, trata-se de ataques terroristas por parte de uma das duas nações em conflito contra a outra, algo que já se demonstrou ser uma das maiores ameaças para as relações bilaterais entre a Índia e o Paquistão, e que facilmente poderia afetar anos de progresso hipotético. Mesmo com os objetivos propostos para as cimeiras, sob a mediação de Portugal, envolvendo o combate ao terrorismo, a natureza imprevisível de tais ataques e a sua longa presença histórica durante os conflitos territoriais torna esta ameaça numa preocupação constante durante o longo processo diplomático. A resolução do conflito e o sucesso das negociações diplomáticas através de uma possível mediação por parte de Portugal não irá, necessariamente, significar o fim imediato do seu envolvimento. De modo a instaurar uma paz duradoura, é necessário observar a possível degradação das relações bilaterais e do estado económico de ambos os países e evitar que chegue a um estado que possa, novamente,

reacender a disputa territorial em Caxemira e Jammu. Tal cenário iria envolver a continuação dos esforços por parte da mediação de Portugal, de modo a não tornar os esforços prévios em vão.

De certo modo, estas abordagens envolvem um grande nível de compromisso, responsabilidade e atribuição de prioridade para a paz acima de tudo, mas com base nos fatores históricos e todas as missões diplomáticas tomadas, a perspetiva teórica de uma mediação por parte de Portugal, e o seu potencial em exercer medidas que outras entidades não conseguem, apresenta uma possível resolução para o dilema territorial entre Caxemira e Jammu.

Conclusão

Na procura de evidências que confirmam os motivos da longa duração do conflito entre a Índia e o Paquistão, foi possível observar os diversos fatores históricos principais que demonstraram uma conexão com os fatores presentes da guerra territorial. Ficou evidente que o antagonismo histórico e a ocupação britânica fomentaram a transição geopolítica complicada da partição dos dois países, tal evento que viria a ser o catalisador das guerras subsequentes, com base na valorização do território disputado e a sua importância.

As contribuições destas análises mostraram-se indispensáveis na procura da resolução do problema do conflito territorial, principalmente a respeito de auxílio internacional em forma de mediação e negociações diplomáticas. Analisando os principais esforços prestados ao longo da história do conflito, foi possível determinar a ineficácia das tentativas prestadas por várias nações e organizações internacionais graças às análises prévias do desenvolvimento e persistência das guerras territoriais. Além disso, aplicando este novo conhecimento, foi possível determinar o potencial de Portugal como entidade mediadora, não só capaz de obter sucesso em negociações diplomáticas que anteriormente falharam, mas como também capaz de tomar novas abordagens na resolução de conflito que outras entidades não conseguiriam.

Durante a elaboração desta dissertação, outras pistas suscitaram durante a análise da persistência do conflito atual, na forma de aprovação geral por parte da população das respetivas nações consoante o país oposto. Ou seja, determinar qual a opinião geral que o povo da Índia tem para com Paquistão, especificamente no contexto dos conflitos territoriais, e vice-versa. Nota-se também a necessidade de determinar se a opinião se mantém, ou altera, quando a ideia do fim dos conflitos territoriais é colocada em questão.

Não basta somente alcançar um estado de paz entre a Índia e Paquistão, é necessário que tal paz seja duradoura, de modo a combater os efeitos persistentes dos vários anos de antagonismo cultural e atos terroristas. Para tal, um conhecimento mais aprofundado dos sentimentos das respetivas populações em questão é necessário.

Bibliografia

Cambridge Dictionary, “Royal Charter” (online). Disponível na internet:

<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/royal-charter> (consultado em 18/12/2019).

Encyclopædia Britannica, “East India Company” (online). Disponível na internet:

<https://www.britannica.com/topic/East-India-Company> (consultado em 18/12/2019).

WELCH, James, “The British Raj and India: British Colonial Influence: 1612 – 1948”, 2011, pp. 8-11

Encyclopædia Britannica, “Indian National Congress” (online). Disponível na internet:

<https://www.britannica.com/topic/Indian-National-Congress> (consultado em 19/12/2019).

KAUSHIK, Harish, “The Indian National Congress In England (1885-1920)”, 1971, pp. 1-3

MARKOVITS, Claude, “Indian Expeditionary Force”, 2018, pp. 1-2

BROWN, Giles, “The Hindu Conspiracy”, 1948, p. 299

GHOSH, Durba, “The Reforms of 1919: Montagu–Chelmsford, the Rowlatt Act, Jails Commission, and the Royal Amnesty”, 2017, pp. 31-32

VOHRA, Ranbir, “The Making Of India A Historical Survey”, 1997, p.126

LOW, Donald, “The Government of India and the First Non-Cooperation Movement--1920-1922”, 1966, pp. 241-253

CHOPRA, Monika, “Salt Satyagraha and Dandi March”, 2016, pp. 41-42

Rare Newspapers, “Gandhi-Irwin Pact in 1931” (online). Disponível na internet:

<http://www.rarenewspapers.com/view/583034> (consultado em 22/12/2019).

Constituent Assembly Debates, “Government of India Act 1935” (online). Disponível na internet:

https://www.constitutionofindia.net/historical_constitutions/government_of_india_act_1935_2nd%20August%201935 (consultado em 23/12/2019).

Indian Independence Act, 1947, pp. 1-4

ALI, Rabia, “Planning for the Partition of India 1947: A Scuttled Affair”, 2009, pp. 114-116

SENGUPTA, Nitish, “Land of Two Rivers: A History of Bengal from the Mahabharata to Mujib”, 2011, pp. 158-159

MARSHALL, Peter, “Bengal: The British Bridgehead: Eastern India 1740-1828”, 1987, pp. 72-73

The Diplomat, “The Truth Behind the Maratha Empire in India” (online). Disponível na internet: <https://thediplomat.com/2016/01/the-truth-behind-the-maratha-empire-in-india/> (consultado em 02/01/2020).

MCLANA, John, “Land and Local Kingship in Eighteenth-Century Bengal”, 1993, p. 174

NARAVANE, Manoj, “Battles of the Honourable East India Company: Making of the Raj”, 2006, pp. 173-175

Berkley Center, “British Rule and Hindu-Muslim Riots in India: A Reassessment” (online). Disponível na internet: <https://berkleycenter.georgetown.edu/responses/british-rule-and-hindu-muslim-riots-in-india-a-reassessment> (consultado em 03/01/2020).

BHARADWAJ, Prashant, KHWAJA, Assim, MIAN, Atif, “THE PARTITION OF INDIA: DEMOGRAPHIC CONSEQUENCES”, 2009, pp. 2-3

HODLER, Roland, VALSECCHI, Michele, VESPERONI, Alberto, “Ethnic Geography: Measurement and Evidence”, 2018, pp. 1-2

SCHMIDT, Bettina, SCHRÖDER, Ingo, “Anthropology of violence and conflict”, 2001, pp. 9-1

KHAN, Yasmin, “THE GREAT PARTITION The Making of India and Pakistan NEW EDITION”, 2007, pp. 44-45

KOLSTØ, Pål, “THE ‘NARCISSISM OF MINOR DIFFERENCES’-THEORY: CAN IT EXPLAIN ETHNIC CONFLICT?”, 2014, pp. 167-169

Oxford Bibliographies, “Territorial Disputes” (online). Disponível na internet: <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199743292/obo-9780199743292-0178.xml> (consultado em 10/01/2020).

TABASSUM, Shaista, “Water adds to the importance of Kashmir”, 2019, pp. 189-190

SINGH, Priyanka, “RE-POSITIONING PAKISTAN OCCUPIED KASHMIR ON INDIA’S POLICY MAP”, 2017, pp. 39-40

LAMB, Alastair, “The Sino-Pakistani boundary agreement of 2 March 1963”, 2008, p.299

KALIS, Naseer, DAR, Shaheen, “Geo-political Significance of Kashmir: An overview of Indo-Pak Relations”, 2013, p. 119

SINGH, Priyanka, “RE-POSITIONING PAKISTAN OCCUPIED KASHMIR ON INDIA’S POLICY MAP”, 2017, pp. 40-41

Encyclopædia Britannica, “Aksai Chin” (online). Disponível na internet: <https://www.britannica.com/place/Aksai-Chin#ref1172096> (consultado em 18/01/2020).

KISS, Peter, “THE FIRST INDO-PAKISTANI WAR, 1947-48”, 2013, pp. 11-13

SINGH, Rohit, “Operations in Jammu and Kashmir 1947-48”, 2012, pp. 141-143

ONU, “Resolution adopted at the meeting of the United Nations Commission for India and Pakistan on 5 January, 1949.”, 1949.

Kingfisher Encyclopedias, “The Kingfisher History Encyclopedia”, 2004, p. 460

PAUL, Thazha, “The India-Pakistan Conflict: An Enduring Rivalry”, 2005, pp. 104-105

RIEDEL, Bruce, “Avoiding Armageddon: America, India, and Pakistan to the Brink and Back”, 2013, pp. 66-67

SCHOFIELD, Victoria, “Kashmir in conflict : India, Pakistan and the unending war”, 2003, p. 109

KUX, Dennis, “India-Pakistan Negotiations: Is Past Still Prologue?”, 2006, p. 30

CIA, Intelligence Memorandum The Aftermath of the India-Pakistan War, 1965, p. 1

Study, “The Indo-Pakistani War of 1971: Origins, Events & Consequences” (online).

Disponível na internet: <https://study.com/academy/lesson/the-indo-pakistani-war-of-1971-origins-events-consequences.html> (consultado em 18/02/2020).

SAKIB, Najmus, “Victimization during the Liberation War 1971 and Transitional Justice: The Case of Bangladesh”, 2018, p. 12

Ministry of External Affairs, Government of India, “Instrument of Surrender of Pakistan forces in Dacca” (online). Disponível na internet: <https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/5312/Instrument+of+Surrender+of+Pakistan+forces+in+Dacca> (consultado em 18/02/2020).

LAMBETH, Benjamin, “AIR POWER AT 18,000’ THE INDIAN AIR FORCE IN THE KARGIL WAR”, 2012, p. 9

BOMMAKANTI, Kartik, “Coercion and Control: Explaining India's Victory at Kargil”, 2011, pp. 285 – 286

WIRSING, Robert, “War Or Peace on the Line of Control?: The India-Pakistan Dispute Over Kashmir Turns Fifty”, 1998, pp. 9-11

Ministry of External Affairs, Government of India, “AGREEMENT BETWEEN MILITARY REPRESENTATIVES OF INDIA AND PAKISTAN REGARDING THE ESTABLISHMENT OF CEASE-FIRE LINE IN THE STATE OF JAMMU AND KASHMIR” Disponível na internet: <https://mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/5252/Agreement+relating+to+Ceasefire+Line+in+JampK> (consultado em 20/02/2020)

ONU, “INDIA, PAKISTAN and INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT” Disponível na internet: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTs/Volume%20419/volume-419-I-6032-English.pdf> (consultado em 20/02/2020)

Press Information Bureau Government of India, “Indus Waters Treaty 1960 : Present Status of Development in India” Disponível na internet: <https://pib.gov.in/Pressreleaseshare.aspx?PRID=1565906> (consultado em 23/02/2020).

United Nations Security Council, “Letter dated 24 March 1966 from the permanent representative of India addressed to the President of the Security Council”, 1966, pp. 1-3

Maps of India, “June 30 1965 – A Ceasefire Is Agreed under UN Auspices Between India and Pakistan to Stop the War at the Rann of Kutch” Disponível na internet: <http://www.mapsofindia.com/on-this-day/june-30-1965-a-ceasefire-is-agreed-under-un-auspices-between-india-and-pakistan-to-stop-the-war-at-the-rann-of-kutch> (consultado em 24/02/2020).

Ministry of External Affairs, Government of India, “Simla Agreement” Disponível na internet: <https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/5541/Simla+Agreement> (consultado em 25/02/2020).

GVS, “Simla Agreement: “Peace” that almost happened” Disponível na internet: <https://www.globalvillagespace.com/simla-agreement-peace-that-almost-happened/> (consultado em 26/02/2020).

Rediff, “Why the 1972 Shimla accord was a disaster” Disponível na internet: <https://www.rediff.com/news/column/why-the-1972-shimla-accord-was-a-disaster/20160702.htm> (consultado em 26/02/2020).

United States Institute of Peace, “The Lahore Declaration” Disponível na internet: https://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/peace_agreements/ip_lahore_19990221.pdf (consultado em 28/02/2020).

The New York Times, “Amid Protests, India Executes Man in '01 Parliament Attack” Disponível na internet: <https://www.nytimes.com/2013/02/10/world/asia/india-executes-man-tied-to-2001-attack-on-parliament.html> (consultado em 28/02/2020).

The Guardian, “Tensions eased after Pakistani pledges” Disponível na internet: <https://www.theguardian.com/world/2002/jan/08/india.kashmir> (consultado em 28/02/2020).

CHATTERJI, Manas, GOPAL, Darvesh, SAVITA, Singh, “Governance, Development and Conflict”, 2011, pp. 302 – 303

BBC, “Dozens dead in India train blasts” Disponível na internet: http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/6374377.stm (consultado em 29/02/2020)

Encyclopædia Britannica, “Mumbai terrorist attacks of 2008” Disponível na internet: <https://www.britannica.com/event/Mumbai-terrorist-attacks-of-2008> (consultado em 29/02/2020).

BBC, “Kashmir border deaths spark India and Pakistan row” Disponível na internet: <https://www.bbc.com/news/world-south-asia-14746985> (consultado em 29/02/2020).

USA Today, “Pakistan says Indian troops kill soldier in Kashmir” Disponível na internet: <https://eu.usatoday.com/story/news/world/2013/01/15/pakistan-indian-kashmir/1836599/> (consultado em 29/02/2020).

Dawn, “Pakistan writes letter to UNSG over LOC violations by India” Disponível na internet: <https://www.dawn.com/news/1137495/pakistan-writes-letter-to-unsg-over-loc-violations-by-india> (consultado em 29/02/2020).

The Times of India, “Jaish terrorists attack CRPF convoy in Kashmir, kill at least 40 personnel” Disponível na internet: <https://timesofindia.indiatimes.com/india/37-crpf-jawans-martyred-in-ied-blast-in-jks-pulwama/articleshow/67992189.cms> (consultado em 01/03/2019).

Europa.eu “India-administered Kashmir: Current situation” Disponível na internet: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2019/640157/EPRS_ATA\(2019\)640157_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2019/640157/EPRS_ATA(2019)640157_EN.pdf) (consultado em 8/03/20)

Europa.eu, “EU – Pakistan Strategic Engagement Plan (SEP)” Disponível na internet: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/eu-pakistan_strategic_engagement_plan.pdf (consultado em 09/03/2020).

Europa.eu, “India” Disponível na internet: <https://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/india/> (consultado em 09/03/2020).

Europa.eu, “Speech on behalf of the High Representative/Vice-President Federica Mogherini at the European Parliament plenary debate on the situation in Kashmir” Disponível na internet: <https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/67477/speech-behalf-high->

representativevice-president-federica-mogherini-european-parliament-plenary_en (consultado em 09/03/2020).

Europa.eu, “High Representative Vice-President Federica Mogherini speaks to the Minister of External Affairs of India Subrahmanyam Jaishankar and the Minister for Foreign Affairs of Pakistan Shah Mahmood Qureshi” Disponível na internet: https://eeas.europa.eu/topics/eu-global-strategy/66286/high-representative-vice-president-federica-mogherini-speaks-minister-external-affairs-india_en (consultado em 09/03/2020).

EU Today, “Politicians call for EU to mediate solution to crisis in Kashmir” Disponível na internet: <https://eutoday.net/news/human-rights/2019/situation-in-kashmir> (consultado em 10/03/2020).

Aljazeera, “Clashes as far-right EU lawmakers on Kashmir 'PR' trip” Disponível na internet: <https://www.aljazeera.com/news/2019/10/eu-lawmakers-visit-kashmir-india-revoked-autonomy-191029112945941.html> (consultado em 10/03/2020).

Aljazeera, “Why did European Parliament delay a vote on India's CAA, Kashmir?” Disponível na internet: <https://www.aljazeera.com/news/2020/01/european-parliament-delay-vote-india-caa-kashmir-200131060153083.html> (consultado em 10/03/2020).

Council of the European Union, “Council Conclusions on EU Priorities in UN Human Rights Fora in 2020”, 2020, p.12

GARVER, John, “China's Decision for War with India in 1962”, p. 6

C.I.A, “US Military Aid to India and Pakistan”, 1965, pp. 1-3

GHANI, Usman, “Nuclear Weapons In India-Pakistan Crisis”, 2012, pp. 137-139

GHANI, Usman, “Nuclear Weapons In India-Pakistan Crisis”, 2012, p. 140

The Hindu, “PM Modi asked me to mediate between India and Pakistan on Kashmir: Trump” Disponível na internet: <https://www.thehindu.com/news/international/trump-offers-to-mediate-between-india-and-pakistan-on-kashmir/article28660299.ece> (Consultado em 14/03/2020).

Federation of American Scientists, “U.S.-North Korea Relations”, 2019, pp. 1-2

Observer Research Foundation, “Pakistan’s growing reliance on China” Disponível na internet: <https://www.orfonline.org/research/pakistans-growing-reliance-on-china/> (consultado em 16/03/2020).

Congress.gov, “Hong Kong Human Rights and Democracy Act of 2019” Disponível na internet: <https://www.congress.gov/bill/116th-congress/senate-bill/1838/text> (consultado em 16/03/2020).

Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China “Foreign Ministry Spokesperson Hua Chunying's Regular Press Conference on December 2, 2019” Disponível na internet: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/2511_665403/t1720852.shtml (consultado em 16/03/2020).

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY, “Treasury Designates China as a Currency Manipulator” Disponível na internet: <https://home.treasury.gov/news/press-releases/sm751> (consultado em 17/03/2020).

CNBC, “China responds to US after Treasury designates Beijing a ‘currency manipulator’” Disponível na internet: <https://www.cnbc.com/2019/08/06/trade-war-china-responds-to-us-after-claim-of-being-a-currency-manipulator.html> (consultado em 17/03/2020).

Federation of American Scientists, “Kashmir: Background, Recent Developments, and U.S. Policy”, 2019, p. 13

UNMOGIP, “BACKGROUND” Disponível na internet:

<https://unmogip.unmissions.org/background> (consultado em 02/04/2020).

UNMOGIP, “MISSION” Disponível na internet: <https://unmogip.unmissions.org/mission> (consultado em 02/04/2020).

OHCHR, “Who We Are” Disponível na internet:

<https://www.ohchr.org/EN/ABOUTUS/Pages/BriefHistory.aspx> (consultado em 03/04/2020).

OHCHR, “First-ever UN human rights report on Kashmir calls for international inquiry into multiple violations” Disponível na internet:

<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23198> (consultado em 02/04/2020).

Pakistan Mission, “Pakistans reaction to the UN report on human rights violations in Kashmir” Disponível na internet: <http://pakistanmission-un.org/?news=pakistans-reaction-to-the-un-report-on-human-rights-violations-in-kashmir> (consultado em 05/04/2020).

Ministry of External Affairs, Government of India “Official Spokesperson’s response to a question on the Report by the Office of the High Commissioner for Human Rights on “The human rights situation in Kashmir” Disponível na internet: https://mea.gov.in/media-briefings.htm?dtl/29978/Official_Spokespersons_response_to_a_question_on_the_Report_by_the_Office_of_the_High_Commissioner_for_Human_Rights_on_The_human_rights_situati_on_in_K (consultado em 09/04/2020).

OHCHR, “No steps taken by India or Pakistan to improve human rights situation in Kashmir – UN” Disponível na internet:

<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=24799&LangID=E> (consultado em 16/04/2020).

OHCHR, “Update of the Situation of Human Rights in Indian-Administered Kashmir and Pakistan-Administered Kashmir from May 2018 to April 2019”, 2019, pp. 41-43

History, “Vasco da Gama reaches India” Disponível na internet:

<https://www.history.com/this-day-in-history/vasco-da-gama-reaches-india> (consultado em 28/07/2020).

MURTEIRA, André, “A guerra naval luso-neerlandesa na Ásia no século xvii e a revolução militar”, 2019, p. 59

Encyclopædia Britannica, “Battle of Goa Portuguese history [1510]” Disponível na internet:

<https://www.britannica.com/topic/Portuguese-Conquest-of-Goa> (consultado em 28/07/2020).

Sábado, “Marcelo elogia singularidade de Goa "sem nostalgia" e "sem complexos" Disponível na internet: <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/-marcelo-elogia-singularidade-de-go-a-sem-nostalgia-e-sem-complexos> (consultado em 29/07/2020).

Times of India, ““When Portugal takes over Presidency of EU in 2021, EU-India relations will feature high on the agenda”” Disponível na internet:

<https://timesofindia.indiatimes.com/blogs/Globespottng/when-portugal-takes-over-presidency-of-eu-in-2021-eu-india-relations-will-feature-high-on-the-agenda/> (consultado em 29/07/2020).

C.I.A, “COUNTRY COMPARISON :: GDP (PURCHASING POWER PARITY)”

Disponível na internet: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2001rank.html> (consultado em 30/07/2020).

National Assembly of Pakistan, “NA Deputy Speaker Stresses Need For Regular Interaction Between The Parliamentarians Of Pakistan And Portugal” Disponível na internet:

https://web.archive.org/web/20170226052327/http://www.na.gov.pk/en/pressrelease_detail.php?id=1672 (consultado em 05/08/2020).

Daily Times, ““Portugal-Pakistan ties are on the fast track”” Disponível na internet:

<https://dailytimes.com.pk/18169/portugal-pakistan-ties-are-on-the-fast-track/> (consultado em 06/08/2020).

Trading Economics, “Pakistan exports to Portugal” Disponível na internet:
<https://tradingeconomics.com/pakistan/exports/portugal> (consultado em 13/08/2020).

Embaixada de Portugal no Paquistão, “Assinatura de um Protocolo entre o Instituto Camões (CICL) e a Universidade do Punjab” Disponível na internet:
<https://islamabad.embaixadaportugal.mne.gov.pt/pt/a-embaixada/noticias/assinatura-de-um-protocolo-entre-o-instituto-cam%C3%B5es-cicl-e-a-universidade-do-punjab> (consultado em 13/08/2020).

The Dayspring, “Portugal wants enhanced cooperation with Pakistan” Disponível na internet:
<https://www.thedayspring.com.pk/portugal-wants-enhanced-cooperation-with-pakistan/>
(consultado em 13/08/2020).

MALIK, Mohan, “The China Factor in the India-Pakistan Conflict”, 2002, pp. 7-8

CHOHAN, Usman, “What is One Belt One Road? A Surplus Recycling Mechanism Approach”, 2017, pp. 1-2

The Diplomat, “Pakistan Discovers the High Cost of Chinese Investment” Disponível na internet: <https://thediplomat.com/2020/05/pakistan-discovers-the-high-cost-of-chinese-investment/> (consultado em 15/09/2020).

Ponto Final Macau, “Relação bilateral de Portugal com a China vai para além de Macau, diz José Augusto Duarte” Disponível na internet:

<https://pontofinalmacau.wordpress.com/2020/08/03/relacao-bilateral-de-portugal-com-a-china-vai-para-alem-de-macau-diz-jose-augusto-duarte/> (consultado em 25/09/2020).

IEA, “Pakistan” Disponível na internet: <https://www.iea.org/countries/pakistan> (consultado em 03/10/2020).

World's Top Exports, “Pakistan’s Top 10 Imports” Disponível na internet:
<http://www.worldstopexports.com/pakistans-top-10-imports/> (consultado em 07/10/2020).

REN, “Sustentabilidade 2019”, 2020, p.12

REVE, “Sindh province in Pakistan is rich in wind energy reserves” Disponível na internet: <https://www.evwind.es/2020/08/17/sindh-province-in-pakistan-is-rich-in-wind-energy-reserves/76594> (consultado em 10/10/2020).

European Commission, “EU-INDIA SUMMIT Lisbon, 28 June 2000 JOINT DECLARATION” Disponível na internet: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/PRES_00_229 (consultado em 10/10/2020).

European Council, “Joint Statement - 15th EU-India Summit, 15 July 2020” Disponível na internet: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2020/07/15/joint-statement-15th-eu-india-summit-15-july-2020/#> (consultado em 16/10/2020).

Anexos

Anexo 1

Mapa da Índia (1605)

Disponível na Internet: <https://www.globalsecurity.org/military/world/india/images/map-1605.jpg> (consultado em 18/12/2019).



Anexo 2

Mapa da Índia (1947)

Disponível na internet: <https://www.globalsecurity.org/military/world/india/images/map-1947.jpg> (consultado em 18/12/2019).



Anexo 3

Mapa de Jammu e Caxemira

Disponível na internet:

https://maps.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/kashmir_region_2004.jpg (consultado em 18/12/2019).



Anexo 4

Mapa dos rios no Paquistão

Disponível na internet: <https://www.geopoliticalmonitor.com/wp-content/uploads/2019/04/IndusRiver-Fullsize.jpg> (consultado em 18/12/2019).



Anexo 5

Mapa dos rios na Índia

Disponível na internet: <https://pt.maps-india-in.com/%C3%8Dndia-mapa-de-rios> (consultado em 18/12/2019).

